



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO – PALMAS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

MILLER VIEIRA SANTANA

**A PERCEPÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS SOBRE A CRIAÇÃO DE UMA
COOPERATIVA AGRÍCOLA: ESTUDO DE CASO NA ASSOCIAÇÃO DE
PRODUTORES DO PROJETO DE IRRIGAÇÃO MANUEL ALVES NO MUNICÍPIO
DE DIANÓPOLIS/TO**

Palmas - TO
2019

MILLER VIEIRA SANTANA

A PERCEPÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS SOBRE A CRIAÇÃO DE UMA COOPERATIVA AGRÍCOLA: ESTUDO DE CASO NA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DO PROJETO DE IRRIGAÇÃO MANUEL ALVES NO MUNICÍPIO DE DIANÓPOLIS/TO

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Palmas como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Administração sob orientação da Professora Dra. Maria de Fátima Arruda Souza.

Orientadora: Dra. Maria de Fátima A. Souza

FICHA CATALOGRÁFICA

MILLER VIEIRA SANTANA

A PERCEPÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS SOBRE A CRIAÇÃO DE UMA COOPERATIVA AGRÍCOLA: ESTUDO DE CASO NA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DO PROJETO DE IRRIGAÇÃO MANUEL ALVES NO MUNICÍPIO DE DIANÓPOLIS/TO

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas – TO, Curso de Bacharel em Administração para a obtenção do título de Bacharel em Administração e aprovada em sua forma final pelo Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data da Aprovação __/__/____

Banca examinadora:

Prof^a. Dra. Maria de Fátima Arruda Souza - UFT

Prof. Msc. Callisthenes Mário Tome Pires Nunes - UFT

Prof^a. Dra. Doriane Braga Nunes Bilac - UFT

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha família, por ser essencial em minha vida, em especial aos meus avós Honorata Maria Santana e Valdivino Alves Santana, pessoas humildes, de bom coração, de valores admiráveis e inspiradores.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus por todas as bênçãos que Ele me proporcionou até aqui, principalmente pela vida. Gosto de pensar que a vida é como a neblina que surge pela madrugada, que deixa as flores úmidas pela manhã, mas que logo quando a aurora nasce ela se desvanece. A vida passa num piscar de olhos.

Sem dúvidas, a vida só tem sentido quando cremos que existe um Ser superior a todos nós, um Ser a quem podemos elevar nossas preces e esperanças, crendo que tudo ele fará para o nosso bem.

Nos últimos anos vivi situações as quais obtive muito aprendizado e, em meio a tantas adversidades percebi o quanto a família é importante na vida de um ser, e como é bom saber que posso contar com essas pessoas. Por quantas vezes não me perguntava se todo esse sacrifício era válido, perdi tantos bons momentos ao lado de vocês, tantos sorrisos, tantas tardes de conversa e café.

Obrigado família, mãe, avó, avô, irmãos, primos, tios e tias, por todo apoio e incentivo, por entender minhas ausências durante todos esses anos em que me esforcei para concluir essa etapa de minha vida.

Sou imensamente grato a todos os professores da UFT/Campus Palmas pelo carinho e dedicação, em especial agradeço a minha orientadora Professora Maria de Fátima, pela paciência, dedicação e apoio em todas as etapas desse trabalho.

Ao meu irmão Murillo Júnior, que tanto me incentivou e ajudou a encarar os momentos mais difíceis enquanto estive na academia. Sempre disposto a me ajudar durante minhas lutas e incentivando com palavras que me fortaleciam e me encorajavam.

A minha namorada Carmen Montijo, pela compreensão que teve ao longo desses anos, por cada ausência, por cada falha, pela dedicação e carinho. Sem dúvidas, você me inspira, encoraja, fortalece e principalmente, me completa.

Vocês fazem parte dessa conquista, sou eternamente grato a todos!

ABSTRACT

There are some obstacles that prevent small producers from entering larger markets, while producers with greater production and accessibility capacity can trade more solidly, especially because they can supply their products in large quantities. The objective of this study is to know the main aspects that hinder the creation of an agricultural cooperative by the rural producers of the Associação dos Produtores Rurais do Projeto de Irrigação Manuel Alves in Dianópolis / TO. A cooperative is an association of producers, manufacturers, workers or consumers who organize themselves and run economic enterprises to meet a wide range of needs, set up to share surplus that would otherwise go to intermediaries. The act of cooperating becomes an agent of conflicts between the interests of each member, and the collective benefit. This research is a case study conducted with associated producers with quantitative (questionnaire) and qualitative approach (interview). Eight producers from the association participated in the research. The results identified the profile of the research participants as well as their perception of the advantages, the difficulties, the fears of participating in a cooperative and the viability of creation with the associates.

Keywords: cooperativism; cooperative management; family farming; Projeto Manuel Alves

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	COOPERATIVISMO.....	11
2.1	Princípios Cooperativistas.....	14
2.2	Cooperativas, Associações e Empresas.....	16
2.3	Cooperativismo no Mundo.....	19
2.4	Cooperativismo no Brasil.....	20
2.5	A Cooperação como Agente de Desenvolvimento.....	24
2.6	Especificidades da Gestão de Cooperativas.....	25
3	METODOLOGIA.....	34
3.1	Amostra.....	35
3.2	Procedimento de Coletas de Dados.....	35
3.3	Procedimento para Análise de Dados.....	36
3.4	Devolução de Dados para a População.....	36
4	A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO PROJ. MANUEL ALVES...	37
5	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	39
5.1	Perfil dos produtores associados participantes.....	39
5.2	Percepção dos agricultores.....	41
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
	REFERÊNCIAS.....	47
	APÊNDICES.....	52
	ARTIGO.....	56

1 INTRODUÇÃO

O Cooperativismo agropecuário tem sido utilizado por agricultores na tentativa de garantir sua inserção e permanência no mercado globalizado através do esforço conjunto. Seus princípios norteiam a gestão das cooperativas para que essas possam garantir o desenvolvimento social de seus cooperados, ao mesmo tempo em que agrega maior competitividade e busca desenvolvimento econômico, enfrentando um mercado cada vez mais competitivo.

O Projeto de Irrigação Manuel Alves, localizado no município de Dianópolis/TO é composto em sua maioria por pequenos produtores rurais que concentram suas atividades na produção de frutas. Atualmente, uma parte desses produtores enfrentam dificuldades na comercialização da produção em grandes centros.

Observa-se que existem alguns entraves que impedem a inserção dos pequenos produtores em mercados maiores, enquanto produtores com maior capacidade de produção e acessibilidade conseguem comercializar com mais solidez, principalmente por possuírem condições de fornecer seus produtos em grande quantidade. Os pequenos produtores não conseguem produzir volume suficiente ou com a regularidade exigida pelos grandes compradores.

Essa realidade é consequência da baixa produtividade individual de parte dos produtores, que por não ofertarem grandes quantidades de frutas não conseguem entrar em grandes centros, tendo sua produção comercializada de forma fragmentada em mercados locais e nas rodovias às margens do projeto. Dessa forma, se torna mais difícil alcançar resultados satisfatórios de desenvolvimento social e econômico para a região.

Outro fator relevante é que uma parte da produção está sendo descartada, é o chamado produto de segunda linha, que não consegue atingir um nível de qualidade suficiente para entrar em mercados mais exigentes, mas que mesmo assim não deixam de ter qualidade e podem ser comercializados nos mercados locais.

A iniciativa de produzir esse trabalho na Associação de produtores do Projeto de Irrigação Manuel Alves, se deu pela importância econômica da produção de frutas no aumento de renda dos produtores associados e na geração de empregos diretos e indiretos na região.

A criação de uma Cooperativa no projeto, possibilitaria uma série de novas oportunidades para os produtores, facilitando a inserção em novos mercados, aumentando a competitividade pelo volume ofertado, ampliando o poder de negociação na compra de

insumos, diminuindo os custos da produção e de comercialização e, ainda, viabilizando o financiamento de equipamentos industriais para industrializar e agregar valor aos produtos.

A pesquisa visa ainda, identificar as percepções dos produtores associados diante de uma possível cooperativa no Projeto. Através dos dados coletados e do conhecimento gerado, esse trabalho poderá servir de norte para uma possível capacitação futura dos produtores em relação às funções e atributos de uma cooperativa, levando conhecimento aos pequenos produtores sobre as possibilidades do trabalho cooperativo.

Uma vez identificadas essas demandas, se tornará mais fácil o diálogo com os produtores sobre a criação da cooperativa, observando diretamente os pontos primordiais extraídos desse estudo, facilitando esclarecimentos de dúvidas e reunindo esforços no sentido de fomentar a instituição de uma cooperativa Agrícola.

Dessa forma, esse trabalho se torna relevante por abordar uma área que até então não foi fruto de pesquisas científicas no Projeto Manuel Alves, que é conhecer a percepção desses produtores sobre uma cooperativa e os motivos que impedem a união da associação para criação de uma empresa coletiva.

Assim, a importância do tema fica evidente, proporcionando o conhecimento de uma alternativa (cooperativa) para os pequenos produtores atingirem um volume maior de vendas, agregando valor aos produtos, facilitando o acesso a novos mercados e aumentando sua renda.

A partir destas considerações, a pergunta de pesquisa é: Quais as dificuldades e os principais fatores que impedem a criação e implantação de uma cooperativa agrícola na associação produtores rurais no Projeto de Irrigação Manuel Alves no Município de Dianópolis/TO?

O objetivo geral deste estudo é conhecer os principais aspectos que dificultam a criação de uma cooperativa agrícola pelos produtores rurais da Associação do Projeto de Irrigação Manuel Alves no Município de Dianópolis/TO.

Os objetivos específicos deste estudo são:

- Conhecer o perfil dos produtores rurais da Associação Projeto de Irrigação Manuel Alves no Município de Dianópolis/TO;
- Verificar a compreensão dos produtores sobre as vantagens de uma cooperativa;
- Identificar os principais fatores que dificultam a criação de uma cooperativa agrícola no Projeto de Irrigação Manuel Alves em Dianópolis/TO;
- Conhecer os temores dos produtores quanto à criação e participação em uma cooperativa agrícola.

- Descrever a percepção dos produtores sobre a viabilidade de uma cooperativa agrícola no Projeto de Irrigação Manuel Alves.

A pesquisa foi realizada na associação de produtores rurais do Projeto de Irrigação Manuel Alves, localizado no Município de Dianópolis, região sudeste do Estado do Tocantins.

2 COOPERATIVISMO

A cooperação está presente desde o início da história humana e sempre existiu nas sociedades, desde as eras mais remotas, estando sempre associada às lutas pela sobrevivência, às crises econômicas, políticas e sociais, bem como às mudanças.

Bialoskorski (2006) comenta que o cooperativismo e o ato de cooperar são atividades antigas na história da humanidade. Há registros sobre a cooperação e a associação solidária desde a Pré-História da civilização, em aldeias indígenas ou em antigas civilizações como os Babilônicos.

Pinho (1966), Holyoake (1933) e Bialoskorski (2006) relatam que houve muitas tentativas de se instituir cooperativas em um passado distante, mas não obtiveram sucesso devido às condições políticas desfavoráveis e, principalmente, pela forma como eram criadas. Assim, somente no século XVIII foi, de fato, criada a primeira cooperativa.

Segundo Holyoake (1933), o cooperativismo surge em 21 de dezembro de 1844, na cidade de Rochdale/Manchester, no interior da Inglaterra durante a Revolução Industrial. Na época, 28 operários que trabalhavam como tecelões, estando em situação crítica ocasionada pelos baixos salários, começaram a juntar quantias em dinheiro para formar um caixa coletivo e comprar alimentos mais baratos negociando por preços melhores no atacado.

Benecke (1980) relata que um dos fatores que contribuíram para a criação da primeira cooperativa estava relacionada aos baixos salários e às longas jornadas de trabalho, o que trouxe grandes dificuldades para a população da época. Diante da situação crítica, os indivíduos criaram uma organização formal denominada cooperativa e, perceberam que através da cooperação poderiam ser superadas as adversidades respeitando os valores do ser humano.

Reisdorfer (2014) argumenta que a revolução industrial e sua mecanização promoveu elevada exclusão social, acenando que o desenvolvimento muito rápido não foi compartilhado e conseqüentemente não garantiu benefícios a todos. Assim, os excluídos do processo industrial se organizaram de forma coletiva e solidária para se oporem aos efeitos negativos que foram gerados pelo sistema.

Bialoskorski (2006) considera que o movimento cooperativista em Rochdale foi o marco mundial da cooperação, onde permanece até hoje a base e a doutrina instituída pelos pioneiros da época, sendo adotada inclusive pela maior representante do cooperativismo, a Aliança Cooperativa Internacional – ACI.

Como mostra a história, foi em um momento de grande dificuldade que as ideias cooperativistas se firmaram e o cooperativismo surge como forma de amenizar os traumas econômicos e sociais que se submeteram a sociedade da época.

Para Reisdorfer (2014) a cooperação surgiu como uma necessidade de sobrevivência, uma forma encontrada pelos indivíduos de sair do estado precário em que viviam através da união de esforços conjunto e continuado para alcançarem seus objetivos.

Goerck (2005, p.5) entende que o cooperativismo “surge como uma alternativa diferenciada de geração de trabalho e renda, criada pelos próprios trabalhadores, em que o processo de execução e concepção é considerado dever e direito dos cooperados”.

Dessa forma, a cooperativa visa por meio da união de indivíduos oferecer condições de crescimento e superação de dificuldades, tornando-se uma ferramenta de desenvolvimento coletivo para seus cooperados.

Bialoskorski (1997) considera que a cooperativa é uma organização de caráter permanente, criada pelo agrupamento de indivíduos com interesse comum, visando à realização de atividades econômicas relacionadas com o progresso econômico e o bem-estar dos associados.

Lacombe (2004) destaca que uma cooperativa é uma sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos seus cooperados.

Reisdorfer (2014) argumenta que cooperativa é a associação de produtores, fabricantes, trabalhadores ou consumidores que se organizam e administram empresas econômicas, com o objetivo de satisfazerem uma variada gama de necessidades, constituída para partilhar sobras que, de outra forma, iriam para intermediários.

A Teoria da Ação Coletiva de Olson (1999) aborda os motivos pelos quais os indivíduos buscam agir coletivamente, mesmo quando poderiam sanar suas necessidades individualmente. Neste caso, o autor argumenta que existem necessidades que são difíceis ou até mesmo impossíveis de serem supridas individualmente, mas se tornam mais acessíveis quando compartilhada pelo grupo.

Pinho (1966) destaca que o cooperativismo é baseado na reunião de pessoas e não apenas no capital, visando a necessidade de um grupo e não do lucro, buscando a prosperidade coletiva e não somente individual. Essas diferenças, fazem do cooperativismo uma alternativa econômica com capacidade de alcançar o sucesso de suas operações.

Barros et al (2005), entende que a cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente, visando satisfazer suas necessidades econômicas, sociais e

culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida.

No mesmo sentido, a Aliança Cooperativa Internacional – ACI (2019) destaca que uma cooperativa é a união espontânea de indivíduos que buscam por meio da coletividade suprir seus anseios e necessidades socioeconômicas.

Bialoskorski (2002) ressalta que, o cooperativismo é conhecido como uma das principais ferramentas para a promoção de desenvolvimento econômico e social, pois através dele existe geração e distribuição de renda, promovendo o capital social nas comunidades que o praticam.

Segundo Morato e Costa (2001), a cooperativa é uma das formas mais avançadas de organização da sociedade civil, pois proporciona o desenvolvimento socioeconômico aos seus integrantes e a comunidade e resgata a cidadania por meio da participação, do exercício da democracia, da liberdade e autonomia.

Silva (1994) ressalta que a finalidade principal de uma cooperativa é a melhoria da condição econômico-social de seus cooperados.

Bialoskorski (2001) acrescenta que o objetivo de uma cooperativa é a prestação de serviços a seus associados, ou seja, o objetivo é trabalho, não lucro diferentemente das empresas de capital.

Para Reisdorfer (2014) as cooperativas são resultados de interações sociais oriunda da associação de indivíduos que se identificam por necessidades e interesses comuns, onde buscam através da cooperação o fortalecimento da organização e a operacionalização de seus processos, visando resultados principalmente de ordem econômica. Segundo o autor, a constituição de uma cooperativa significa para o mercado um acordo entre indivíduos almejando um mesmo objetivo, a economia, produção e distribuição de bens.

Dessa forma, o movimento cooperativista é mais que um modelo de negócios, é uma filosofia de vida que busca transformar a sociedade em um lugar mais justo, feliz, equilibrado e com melhores oportunidades para todos. O desenvolvimento econômico e social, a produtividade e a sustentabilidade individual e coletiva se juntam em torno do mesmo objetivo, que é o crescimento mútuo. (OCB, 2019).

Como mostra a literatura, as organizações cooperativas nascem como resultados de interações sociais, da articulação e da associação de indivíduos que se identificam por interesses ou necessidades, buscando o seu fortalecimento por meio da organização, com vistas a objetivos e resultados, principalmente, de ordem econômica.

Assim, Pinho (1966) definiu cooperativismo e cooperativa como uma ferramenta de correção do meio social e econômico, que como sociedade organizada e democrática, possibilita a união de pessoas com finalidades predominantemente econômicas, visando, além de suprir as necessidades dos membros, viabilizar a realização de atividades voltadas a coletividade.

2.1 Princípios Cooperativistas

Os princípios do cooperativismo constituem um conjunto de normas que norteiam a constituição e o funcionamento das cooperativas. Desde sua fundação em Rochdale, no ano de 1844, houve algumas mudanças que ocorreram em congressos realizados pela Aliança Cooperativa Internacional – ACI, conforme Quadro 1.

Quadro 1. Evolução dos princípios cooperativistas

Evolução dos princípios cooperativistas			
Rochdale (1844)	Congressos da aliança Cooperativa Internacional		
	Paris (1937)	Viena (1966)	Manchester (1995)
Adesão Livre	Adesão Aberta	Adesão Livre	Adesão Voluntária e Livre
Gestão Democrática	Controle ou Gestão Democrática	Gestão Democrática	Gestão Democrática
Retorno Pro Rata das Operações	Retorno Pro-rata das Operações	Distribuição das Sobras:	Participação Econômica dos Sócios
Juro Limitado ao Capital Investido	Juros Limitados ao Capital	Taxa Limitada de Juros ao Capital Social	Autonomia e Independência
Vendas a Dinheiro	Compras e Vendas à Vista	Constituição de um fundo para a educação dos associados e do público em geral	Educação, Formação e Informação
Educação dos Membros	Promoção da Educação	Ativa cooperação entre as cooperativas em âmbito local, nacional e	Intercooperação
Cooperativização Global	Neutralidade Política e Religiosa.		Preocupação com a Comunidade

Fonte: Cançado 2004 Nota: Dados trabalhados pelo autor

Schneider (1999) relata que essa evolução foi seguida por várias discussões e consultas idealizadas pela ACI entre os teóricos do cooperativismo, dirigentes de cooperativas e representantes de cooperativas locais, existindo sempre debates para aprovar alguma mudança.

De acordo com a ACI (2019) os princípios básicos atuais que norteiam os valores do movimento e suas especificidades são:

1. Adesão voluntária e livre – as cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas.
2. Gestão democrática – as cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto); as cooperativas de grau superior são também organizadas de maneira democrática.
3. Participação econômica dos membros – os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes a uma ou mais das seguintes finalidades: desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos será, indivisível; benefícios aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa; e apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.
4. Autonomia e independência – as cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa.
5. Educação, formação e informação – as cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.
6. Intercooperação – as cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais – força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

7. Interesse pela comunidade – as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros.

Desse modo, o cooperativismo se caracteriza como um movimento, uma filosofia de vida e um modelo socioeconômico, capaz de agregar desenvolvimento econômico e bem-estar social, onde indivíduos que tem em comum um mesmo objetivo, se unem a fim de possibilitar uma melhor condição de vida por meio de princípios e doutrina.

2.2 Cooperativas, Associações e Empresas

As cooperativas, associações e empresas possuem algumas diferenças quanto a suas características de atuação na sociedade. Enquanto a cooperativa busca o desenvolvimento socioeconômico de seus cooperados, a associação tem seus processos voltados a representatividade e fortalecimento de sua classe, enquanto às empresas tem como objetivo a maximização de seu capital.

Veiga e Fonseca (2001) entendem que a cooperativa é o reflexo do compartilhamento e divisão de bens e meios de produção de um grupo, destacando que a confiança, solidariedade e participação são aspectos primordiais para manter o funcionamento do negócio cooperativo. Segundo os autores, a cooperação relaciona-se com o trabalho, ajuda mútua, valores e necessidades, abstendo-se do lucro, concorrência, competição e acumulação individual de recursos.

As cooperativas e associações, apesar de possuírem algumas semelhanças são termos que definem organizações sociais distintas. A cooperativa é utilizada por um grupo de pessoas que se unem de forma cooperada, como forma de uma empresa coletiva, enquanto o associativismo visa à adoção de formas de atuação conjunta, para o fortalecimento de um grupo.

Veiga e Rech (2001) definem associação como “qualquer iniciativa formal ou informal que reúne pessoas físicas ou outras sociedades jurídicas com objetivos comuns visando superar dificuldades e gerar benefícios para seus associados”. Assim, a principal diferença entre cooperativa e uma associação estão na natureza dos processos utilizados por elas.

As associações são indicadas para levar adiante uma atividade social, enquanto as cooperativas têm um objetivo essencialmente econômico e social, seu principal foco é viabilizar o negócio produtivo dos cooperados no mercado, além de ser o meio mais adequado para desenvolver uma atividade comercial em média ou grande escala e de forma coletiva.

De outro lado, as empresas possuem objetivos econômicos, tendo sempre a maximização do lucro como foco. Nesse sentido, Ribeiro (2003, p.21), destaca que as empresas “são entidades econômico-administrativas que têm finalidade econômica, isto é, visam ao lucro”.

Padilha (1975) argumenta que a principal diferença entre cooperativas e as empresas são as formas como é constituída sua base, onde existe um tratamento diferente das sociedades capitalistas, em relação ao voto nas deliberações e a distribuição de eventuais sobras líquidas.

Dessa forma, para facilitar a compreensão das principais diferenças entre essas organizações, o Quadro 2 faz uma comparação das características da composição abordando as associações, cooperativas e empresas.

Quadro 2 – Diferenças entre associação, cooperativa e empresa mercantil.

	Associação	Cooperativa	Empresa Mercantil
Caracterização	Sem fins lucrativos	Social e econômico	Sociedade de capital
Finalidade	Representação de uma comunidade	Prestação de serviços e econômica	Lucro
Atuação	Interesses dos associados	Presta serviço aos cooperados	Presta de serviço a sociedade (comércio)
Composição	Nº ilimitado de associados	Nº mínimo de 20 cooperados	Nº ilimitado ou não de acionistas
Participação	Um voto por associado	Um voto por cooperado	Voto proporcional ao capital investido
Controle democrático	Assembleias: Quórum baseado no nº de associados	Assembleias gerais: Quórum proporcional ao nº de cooperados	Assembleias: Quórum proporcional ao capital investido
Formas de capitalização	Não possui quotas ou ações	Quotas-partes para formar o capital social	Ações
Resultados Financeiros	Não gera excedente financeiro	Retorno distribuído proporcionalmente ao volume de operações	Lucro distribuído proporcionalmente ao capital investido
Doutrina	Direitos iguais, com exceção de categorias especiais	Direitos iguais	Quanto maior o capital investido mais direito ao acionista

Fonte: OCB (2019) Dados trabalhados pelo autor

Assim, a cooperativa é caracterizada pela união de indivíduos, que democraticamente buscam satisfazer seus objetivos e interesses socioeconômicos. Na gestão democrática, os cooperados participam ativamente das decisões por meio de assembleias, sendo esses participantes os responsáveis pela tomada de decisão e metas.

Nesse sentido, Koslovski (1987) cita que:

“As decisões são tomadas em Assembleias Gerais, órgãos supremos das cooperativas, que deliberam democraticamente, em função do princípio majoritário - são as decisões da maioria que prevalecem em sociedades cooperativas, que assim são ‘controladas’, pelas pessoas que dela participam. A cada associado compete apenas um voto.” (KOSLOVSKI, 1987, p.10).

Da mesma forma, Zylbersztain (1994) considera que a cooperativa é uma organização cuja propriedade é atribuída a um grupo de cooperados. Assim, as decisões são tomadas mediante o princípio de que cada indivíduo equivale a um voto, independentemente da participação no capital da cooperativa.

No mesmo sentido, Gabriel (2014) ressalta que as cooperativas são organizações que possuem propriedade acima da corporação, destacando que cada membro possui o poder de interferir no destino da cooperativa, não proporcionalmente à sua participação de capital ou como acionista, mas observando o princípio de: a cada homem, um único voto, diferentemente das empresas que o voto é de acordo com o volume de capital investido.

Segundo Valadares (2002) isso é porque a cooperativa se organiza através de um “acordo voluntário de colaboração empresarial”. Assim, os cooperados buscam satisfazer seus interesses econômicos em uma cooperativa quando evidenciam que a ação solidária é mais vantajosa do que uma ação individual.

Dessa forma, as cooperativas nascem por meio da capitalização de seus cooperados e existem fundamentalmente para a prestação de serviços aos seus participantes, possibilitando direitos e deveres iguais mesmo com diferenças econômicas por parte dos cooperados.

A capitalização das cooperativas é realizada por meio de cotas-parte, que é o investimento que o cooperado aplica na instituição para viabilizar sua existência e manter os custos de operacionalização. A Lei do cooperativismo nº 5.764/1971, instrui que, “celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro”.

Cançado et al (2013) argumenta que assim como em uma organização, as cooperativas dispõem de custos de operacionalização (água, energia, estrutura, aluguel, equipamentos) que devem ser custeados por seus cooperados, dessa forma, além da cota-parte existe uma taxa de administração fixa ou cobrada de acordo com a utilização que o cooperado fez da cooperativa e, quem decide as taxas são os próprios participantes por meio de assembleia geral.

A taxa de administração é destinada para promover o funcionamento das cooperativas durante o ano. Ao final do exercício social, se as taxas arrecadadas superarem as despesas gastas do corrente ano, o valor é repartido entre todos os cooperados, são as denominadas “sobras”.

Gawlack & Ratzke (2004 p.66) citado por Cançado et al (2013) argumenta que as sobras “são os resultados dos ingressos, menos os dispêndios realizados na cooperativa”, ou seja, os recursos que não forem utilizados para pagamento de despesas são divididos proporcionalmente entre os cooperados.

Em relação às “sobras”, Bulgarelli apud Dal Col (2006) reforça que:

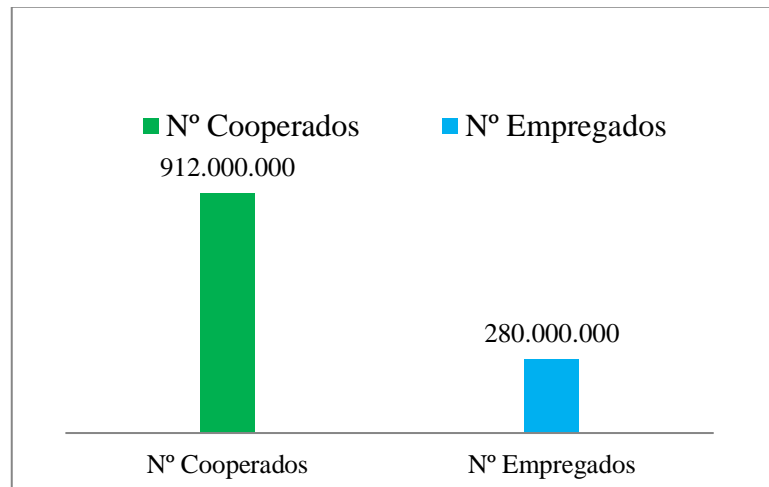
Trata-se obviamente da diferença apurada entre a receita e a despesa da cooperativa que, insista-se desde logo, nada tem a ver, diretamente, com a receita dos cooperados, pela venda dos seus produtos pela cooperativa [...] A prática cooperativista, após muitos anos, fixou uma verdadeira práxis operacional, consistente em arrecadar a contribuição dos associados para as despesas, descontando-a diretamente do valor do serviço prestado [...] as sobras são, portanto, resultado de um leve excesso no cálculo das contribuições dos associados; como a cooperativa não tem finalidade lucrativa, ela deve devolver essas sobras proporcionalmente ao que cada associado pagou, o que constitui o chamado princípio do retorno, consistente em fazer retornar ao associado o que ele pagou a mais [...] (BULGARELLI apud DAL COL, 2006).

Dessa forma, os cooperados firmam e complementam um número mínimo de quotas-partes para ingressarem na cooperativa. São esses recursos que constituirão o capital social da organização e, ao final do ano em exercício, havendo receitas superiores às despesas as sobras serão partilhadas entre os participantes.

2.3 Cooperativismo no mundo

Desde o início do movimento cooperativista em Rochdale, o cooperativismo vem crescendo e ocupando espaço em diversos lugares no mundo. Atualmente, as cooperativas desempenham um papel significativo na economia, pois ajudam a proporcionar o desenvolvimento das condições econômicas e sociais dos cooperados e de suas comunidades.

Existem três milhões de cooperativas no mundo, divididas em treze ramos de atividades: Agropecuário, Transporte, Crédito, Trabalho, Saúde, Habitacional, Educacional, Produção, Consumo, Infraestrutura, Mineral, Especial e Turismo e Lazer. O número de membros envolvidos no movimento cooperativista entre associados e empregados chegam a mais de um bilhão, representando pelo menos 12% da humanidade, conforme mostra o Gráfico 1, que demonstra os números de envolvidos no cooperativismo mundial. (ACI, 2019).

Gráfico 1. Números de cooperados e empregados em cooperativas.

Fonte: ACI (2019) Notas: Dados trabalhados pelo autor

Segundo a entidade, se somadas às trezentas maiores cooperativas do mundo, o volume de negócios total é de 2,1 trilhões de dólares. O segmento é o que mais cresce em número de pessoas e, o movimento está presente em 109 dos 193 países do mundo.

2.4 Cooperativismo no Brasil

De acordo com Santos (1998), o movimento cooperativista no Brasil teve início no ano de 1847 quando o francês Jean Maurice Faivre, organizou com um grupo de europeus, a colônia Teresa Cristina, no Paraná. Essa organização, com bases cooperativas, contribuiu para a memória coletiva como elemento formador do cooperativismo brasileiro, apesar de sua breve existência.

No entanto, segundo a OCB (2019), somente no ano de 1889 foi fundada oficialmente a primeira cooperativa no Brasil, denominada Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto – MG, cujo foco era o consumo de produtos agrícolas. Depois dela surgiram outras cooperativas em Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.

No ano de 1902 foi fundada a primeira cooperativa de crédito do Brasil, denominada SICREDI Pioneira, que continua até hoje em atividade e está entre as trezentas maiores cooperativas do mundo. A OCB (2019) relata que a cooperativa foi a solução encontrada na época para melhorar a vida dos moradores do município, que não contavam com nenhum banco na cidade.

As cooperativas agropecuárias vieram logo em seguida, constituídas por produtores rurais e imigrantes. Segundo a OCB (2019), foi a partir do ano de 1906 que surgiram as cooperativas agropecuárias, idealizadas por produtores rurais e imigrantes, principalmente de origem alemã e italiana. Esses imigrantes trouxeram para o Brasil a bagagem cultural e a experiência do trabalho associativo, o que os motivaram a se organizarem em cooperativa.

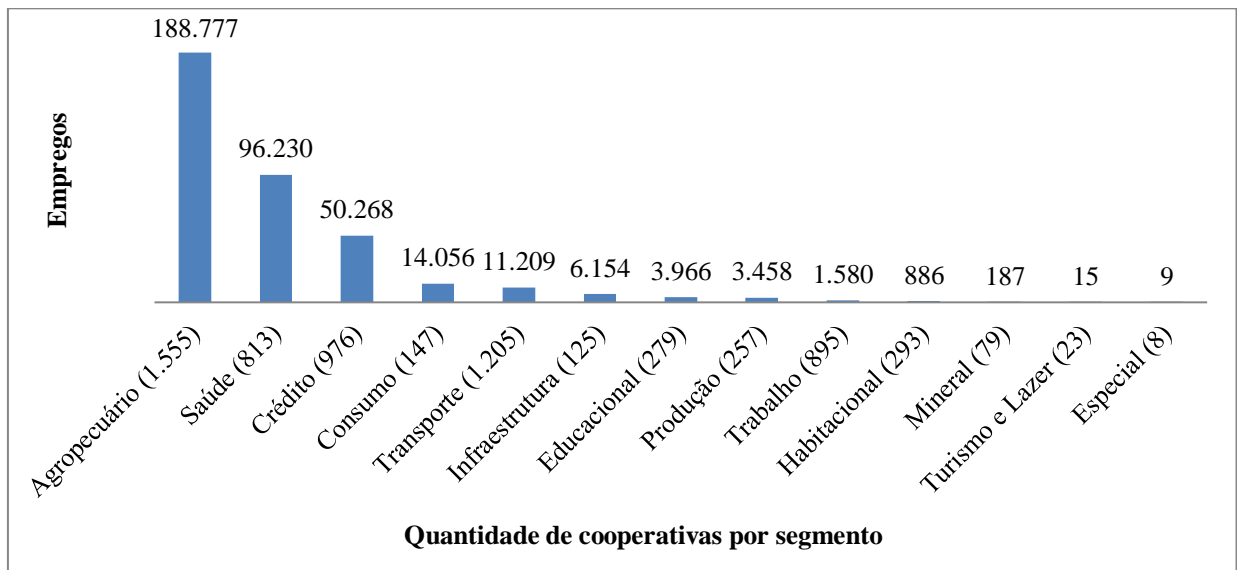
No Brasil, o cooperativismo ganhou forma com a Lei Nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que caracterizou as cooperativas como sendo sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados.

A lei foi criada observando os princípios internacionais do cooperativismo, assegurando a adesão voluntária, variabilidade do capital social representado por cotas-partes, singularidade de voto, deliberação da assembleia geral, retorno das sobras líquidas do exercício, neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social e prestação de assistência aos associados.

Santos, Gouveia e Vieira (2008) ressaltam que o cooperativismo no Brasil obteve reconhecimento internacional no ano de 1995, quando um brasileiro se tornou o primeiro não europeu a ocupar o cargo de presidente da Aliança Cooperativa Internacional. De acordo com os autores, esse fato contribuiu para o desenvolvimento das cooperativas, assim, o cooperativismo nacional entrou no século XXI com grandes responsabilidades e desafios, em busca de uma performance mais atuante e estruturada.

O sistema cooperativo brasileiro possui hoje mais de 13,2 milhões de associados e tem participação significativa na economia do País, principalmente na redução dos índices de desemprego, empregando atualmente mais de 376 mil pessoas, conforme o Gráfico 2, que especifica a quantidade de cooperativas e a geração de emprego em cada segmento. OCB (2018).

Gráfico 2. Quantidade de cooperativas por segmento e o número de empregos gerados no Brasil.



Fonte: Sistema OCB (2018). Notas: Dados trabalhados pelo autor.

Assim, nota-se que as cooperativas estão presentes no cotidiano brasileiro em diversos ramos de atuação, sendo de fundamental importância para o desenvolvimento econômico e social. Em muitos casos, as cooperativas são as únicas alternativas de geração de emprego e inclusão social em diversos municípios onde os grandes grupos econômicos não possuem alcance ou interesse em atuar.

Segundo Gimenes e Gimenes (2007), o cooperativismo se expandiu pelos mais diversos segmentos do mercado, considerando essa diversificação uma das principais responsáveis pelo desenvolvimento do agronegócio no Brasil. A verticalização é uma forma moderna que as empresas estão aderindo para ganhar mercado e diminuir os custos de produção. No mesmo sentido, as cooperativas conseguiram se expandir utilizando do mesmo processo, abrangendo diversas áreas e ganhando cada vez mais espaço.

Barni e Brand (1992) também verificaram que as cooperativas têm diversificado seus ramos de atividades, operando com mais de uma unidade de produção, buscando melhoria de eficiência, redução de custos de transporte e custos administrativos, além da busca por maior parcela de mercado, objetivando assim atender às exigências dos associados e dos mercados.

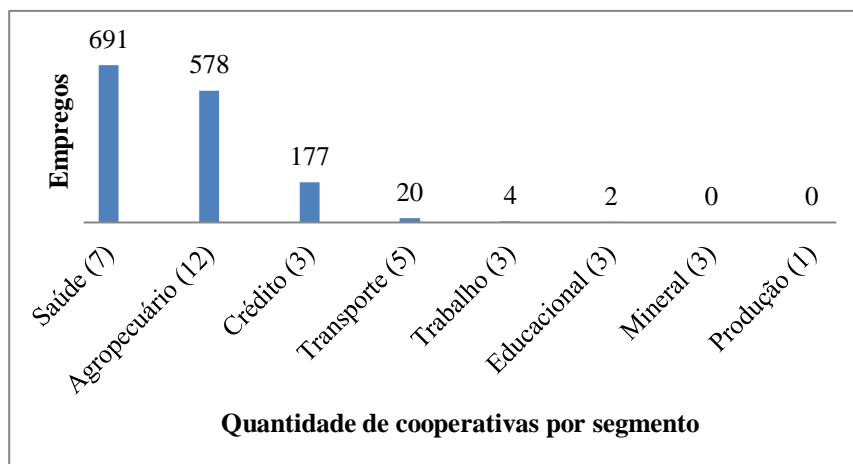
Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao último Censo Agropecuário realizado em 2006, as cooperativas também são responsáveis por boa parte dos alimentos que entram nas casas dos brasileiros todos os dias. O modelo cooperativista representa aproximadamente 48% do total da produção agropecuária do País,

com importante papel na distribuição de leite, café, trigo, soja, arroz, feijão, carnes, legumes, frutas e demais produtos alimentícios.

No Tocantins, a entidade que representa as cooperativas do Estado OCB/TO foi constituída em 01 Setembro de 1989, durante o 1º Seminário Tocantinense de Cooperativismo.

A OCB/TO (2019) destaca que dos treze ramos de atuação das cooperativas, o Tocantins possuía oito em atividades no Estado, agregando aproximadamente 20 mil associados e gerando mais de 1,4 mil empregos em 2016, conforme exposto no Gráfico 3, que detalha o número de cooperativas e a quantidade de empregos gerados por ramo de atividade no Estado.

Gráfico 3. Tipos de cooperativas e quantidade de empregos gerados por segmento no Tocantins.



Fonte: Sistema OCB/TO (2019) Notas: dados trabalhados pelo autor.

De acordo com a estimativa de população do IBGE 2018, atualmente o Tocantins possui 1.555.229 habitantes, dessa forma, se comparada a média nacional da população envolvida em cooperativas de 6,3%, percebe-se que o movimento ainda tem muito a se desenvolver no Estado, que hoje aproximadamente 1,4% de associados e empregados participando de cooperativas.

Essa disparidade de dados da média do cooperativismo Nacional e Estadual estão relacionados as origens do cooperativismo. Duarte (1986) afirma que apesar de existir várias regiões de atuação, o cooperativismo se desenvolveu com maior intensidade na região sul, principalmente pela influência dos imigrantes alemães e italianos que trouxeram na bagagem a cultura da cooperação.

Silva (2003) acrescenta que o cooperativismo no norte do Brasil se expandiu no século XX, mas encontrou uma série de situações que dificultaram o processo de desenvolvimento. Dentre os fatores que encadearam esse cenário destacam-se a inexistência de políticas públicas para o setor e região, a logística por conta da precariedade da infraestrutura e a dificuldade para ter acesso a mercados consumidores.

2.5 A cooperação como agente de desenvolvimento

O cooperativismo, desde suas primeiras tentativas de se instituir, surgiu como meio de amenizar as dificuldades vividas pela sociedade na época. Dessa forma, buscou promover a melhoria da condição socioeconômica de seus participantes, dispondo de uma nova ótica que era a associação coletiva como oportunidade de sobrevivência.

Silva (2017) destaca que o cooperativismo é uma forma de organização social que exerce um papel multidimensional de essencial importância para o desenvolvimento de uma região, uma vez que amparado nos pilares, econômico, social, político e cultural, contribui para a geração e distribuição de renda, de forma justa e igualitária entre seus cooperados.

Logo, Bialoskorski (2001) defende que nas cooperativas existe uma maior possibilidade de agregação de valor e organização da produção por haver uma união de forças visando atingir maior qualidade na produção e no produto final.

Pinho (1982) destaca que existem maiores possibilidades de crescimento de técnicas modernas da cooperativa por haver a circulação de mais capitais, gerando, através da profissionalização da gestão, um maior planejamento do processo produtivo, sempre com o intuito de reduzir custos e aumentar a competitividade no atual cenário globalizado.

Nos grandes centros de comércio, por conta da concorrência cada vez maior, produtores rurais que produzem em pequenas quantidades sofrem dificuldades para entrar e concorrer com os grandes, que possuem mais condições de suprir a demanda. Assim, uma cooperativa possibilita a junção de vários indivíduos que, unidos alcançam um nível maior de produção, podendo através da união, ofertar em maiores quantidades e conseguir espaço em mercados mais competitivos.

Assim, Sexton (1986) acredita que os benefícios das cooperativas estão associados à integração vertical que promove redução dos custos por meio de melhor poder de barganha na aquisição dos insumos, economias de escala derivada de uma melhoria da posição de negociação no mercado, em especial quando se trata de produtos perecíveis, aos ganhos de

eficiência advindos da capacidade coordenadora das cooperativas e à redução dos riscos em ações coletivas.

Bialoskorski (2001) acrescenta que as vantagens das empresas cooperativas estão relacionadas com a utilização correta de algumas particularidades, dentre elas, a possibilidade de melhor coordenação da cadeia agroalimentar como um todo; o maior contato que estabelece com o produtor; o estabelecimento conjunto de estratégias corporativas através das assembleias gerais de associados; a maior clareza na transferência de preços; oportunidades e informação.

O segmento agropecuário é composto pelas cooperativas de produtores rurais que produzem diversos tipos de alimentos, desde grãos até à criação de rebanhos. Esse segmento é constituído por cooperativa de qualquer cultura ou criação rural. Além disso, esse modelo de sistema oferece a prestação de diversos tipos de serviços, desde assistência técnica, armazenagem, industrialização e comercialização dos produtos, até a assistência social e educacional aos cooperados.

Reisdorfer (2014) afirma que as cooperativas agropecuárias são as mais conhecidas pela sociedade brasileira, participando significativamente da organização e do desenvolvimento da agricultura, bem como das exportações, com expressiva representação na balança comercial e, ao mesmo tempo, abastece o mercado interno de produtos alimentícios.

2.6 Especificidades na Gestão de Cooperativas

As cooperativas oferecem diversos benefícios a seus cooperados fruto de esforços em conjunto por parte de todos, porém, existe problemáticas presentes em organizações que são de propriedade coletiva, principalmente variáveis relacionadas gestão e a participação de indivíduos.

Para as adversidades dentro dessas organizações, Ostrom (1990) apresenta sua teoria em “Common Pool Resource”, que foi fundamentada em diversos estudos com populações que realizavam com sucesso a gestão de recursos comuns. A autora conclui que desde que exista um conjunto de princípios e regras que sejam respeitados pelos indivíduos, é possível evitar a exploração demasiada dos bens comuns.

Assim, a teoria de Ostrom (1990) reforça as origens da gestão comunitária e dos fundamentos de cooperação, evitando o individualismo e buscando o bem estar social da comunidade.

Como forma de evitar problemas entre os participantes dentro das organizações que envolvem a coletividade, Ostrom (1990) define princípios que visam diminuir possíveis divergências, são eles: 1. fronteiras bem definidas; 2. coerência entre as regras de apropriação e provisão com as condições locais; 3. arranjos de decisão coletiva; 4. monitoramento; 5. sanções graduais; 6. mecanismos de resolução de conflitos; 7. reconhecimento mínimo de direitos de organização; e 8. alinhamento e articulação intersetorial na gestão.

Dessa forma, a autora acredita que uma vez observado esses princípios, é possível que exista mais chances da organização ter controle sobre as dificuldades criadas em virtude da particularidade de cada membro, ou seja, poderá enquadrar indivíduos diferentes em um modelo único adotado para o crescimento da organização.

Sobre essas diferenças entre membros, Valadares (2002) reforça que para fazer a gestão de uma cooperativa, é fundamental que seus dirigentes e cooperados tenham conhecimento dos seus direitos, deveres e conhecimento sobre os princípios cooperativistas, sendo assim, os princípios de Ostrom (1990) traz com clareza os parâmetros ideais para as organizações utilizarem dentro de sua gestão.

O argumento de Valadares (2002) é previsto ainda em um dos princípios de Ostrom (1990) que estabelece “fronteiras bem definidas” como um dos fatores a serem observados na gestão de bens comuns.

Os princípios mencionados por Ostrom (1990) definem conceitos que visam amenizar problemas relacionados a gestão de um bem comum, em uma cooperativa por exemplo, pode existir interpretações equivocadas dos membros, causando problemas entre o cooperado e a cooperativa e ao mesmo tempo entre os próprios cooperados.

Nessa lógica, Hansmann (1996) e Zylbersztain (1994) argumentam que o duplo papel do cooperado, sendo, ao mesmo tempo, dono e usuário, é o responsável por grande parte dos problemas de gestão que as cooperativas enfrentam, pois acarreta adversidades relacionadas a não separação entre propriedade e controle, gerando perda de eficiência gerencial da cooperativa, especialmente em organizações com elevado grau de complexidade.

Assim, as adversidades elencadas por Hansmann (1996) e Zylbersztain (1994) tem relação com alguns dos princípios observados por Ostrom (1990), que cita como requisito necessário o “reconhecimento mínimo de direitos de organização” por parte dos proprietários e fornecedores; “monitoramento” e “mecanismos de resolução de conflitos”.

Esses princípios são definidos como alguns dos preceitos fundamentais para o gerenciamento de organizações coletivas, principalmente por abordar a importância do conhecimento dos membros sobre a organização, além da própria organização elaborar uma

forma monitoramento de seus cooperados e desenvolver métodos de resolução de conflitos, esses pilares são essenciais para a construção de uma organização com ambiente melhor.

Nesse contexto, Pinho (1982) destaca que os indivíduos que participam de uma cooperativa são ao mesmo tempo, associado, empresário e usuário racional, onde cada um deles renuncia a uma parte de sua autonomia e de seu poder para se unir de forma coletiva.

Desse modo, evidencia-se que o ato de cooperar torna-se um agente de conflitos entre os interesses particulares de cada integrante, onde é necessário haver renúncias de todas as partes para que haja benefício coletivo, na qual mesmo que uma parte dos indivíduos não esteja totalmente satisfeita com as ações, permanecem no grupo para aproveitar os benefícios disponíveis.

Conforme o princípio das “fronteiras bem definidas” de Ostrom (1990), Fulton (1995) aborda a importância da definição dos direitos de propriedade, que seriam os direitos ou poderes de consumir, obter renda ou alienar os bens, pois existem custos de transação quando os atributos dos bens não são bem definidos e os direitos sobre esses bens não são entendidos pelos envolvidos.

Quando não existe um conhecimento por parte dos membros sobre os direitos e deveres, pode ocasionar a insatisfação por parte de indivíduos que se sintam prejudicados por ações praticadas por outro do mesmo grupo.

Nesse sentido, Zylbersztajn (2002) argumenta que os problemas enfrentados na gestão de uma cooperativa estão relacionados a suspeita do oportunismo e aos incentivos que afetam as relações entre cooperado e cooperativa. Indivíduos visando apenas o benefício próprio dificultam a harmonia coletiva do grupo, pois quando há a percepção de interesses ocultos cria-se um cenário de conflitos.

Assim, Zylbersztajn (2002) e Ostrom (1990) relatam em suas abordagens algumas situações em comum em relação a problemas na gestão de bens comuns. Enquanto Zylbersztajn (2002) destaca como um dos problemas a questão do oportunismo, Ostrom (1990) apresenta como meio de correção o “monitoramento”, “sanções graduais” e “mecanismos de resolução de conflitos”.

Para Ostrom (1990) esses princípios ajudam a manter o sucesso de uma organização que participa de uma gestão de bens comuns, pois por meio dela é possível identificar e aplicar sanções aos indivíduos que estejam utilizando o grupo apenas para obter proveito sobre os demais.

Outro obstáculo observado nesse tipo de organização é em relação a remuneração do capital por parte dos cooperados. As cotas-partes são os recursos aplicados pelos cooperados

que possibilitam o crescimento da cooperativa, no entanto, a falta de conhecimento e compreensão sobre o destino desses recursos podem dificultar a capitalização da cooperativa.

Bialoskorski (2002) argumenta que o cooperado não possui a percepção sobre a remuneração do capital de suas cotas-partes e, o crescimento da cooperativa e a distribuição das sobras normalmente são considerados menos importantes do que preços mais favoráveis que os de mercado, o que denota o horizonte de curto prazo dos cooperados, que preferem a maximização imediata de suas atividades, por meio de incentivos de preços.

Verifica-se que alguns indivíduos que aderem à participação de uma cooperativa estão mais interessados no que a organização pode oferecer de vantagens no curto prazo, principalmente nas possibilidades de inserção em novos mercados, preços atrativos de vendas e facilidades na negociação de insumos, não demonstrando por outro lado, preocupação com a capitalização da organização, elevação do seu valor de mercado e remuneração de suas cotas-partes.

Conforme observado, percebe-se que, nas cooperativas, além de dificuldades referentes a questões de relacionamento dos membros, existem também a parte financeira que também pode causar dificuldades em sua capitalização, onde um dos desafios da gestão é a fidelização do cooperado em financiar a organização.

À vista disso, Zylbersztajn (2002) destaca barreiras na condução das cooperativas, que é a fidelização dos cooperados. Segundo o autor, a relação entre cooperado e cooperativa deve ser considerada contratual, uma vez que envolve ativos específicos e rendas associadas a transações. Existem investimentos realizados pela cooperativa cujo sucesso depende da fidelidade dos cooperados, e há quebras de contrato quando o cooperado vende a sua produção a outro comprador, prejudicando o desempenho da cooperativa.

Verifica-se que, além de existir todo um processo de busca na fidelização do cooperado em capitalizar a empresa, o fato do membro não utilizar da cooperativa para desenvolver o comércio de seus produtos pode prejudicar a vida econômica da organização.

Sobre a fidelização dos cooperados, Chaddad (2007) entende que os fatores mais importantes para manter a lealdade dos cooperados está relacionado ao desempenho e à competitividade da cooperativa, assim como ferramentas de comunicação na cooperativa.

Cooperativas que possuem uma central de relacionamento com o cooperado podem estreitar os vínculos e melhorar a participação econômica e na governança da cooperativa, pois o cooperado percebe que tem voz e influência nas decisões da cooperativa.

Dessa forma, o desenvolvimento de uma cooperativa necessita engajamento e responsabilidade por parte de todos os cooperados, que mesmo com suas diferenças

particulares, precisam agir como um grupo que busca crescimento individual social por meio da coletividade.

Sobre as diferenças de indivíduos em organizações assim, Ostrom (1990) argumenta que para atender a situações de interdependência entre atores heterogêneos, a ação coletiva é implementada com o uso de instituições definidas como um conjunto de regras e normas efetivamente aplicadas por um grupo de indivíduos para organizar as suas atividades. As normas correspondem a valores internos ao grupo e as regras são representações compartilhadas com o exterior.

Percebe-se que uma cooperativa deve dispor de diretrizes e restrições com a finalidade de direcionar e controlar as ações da coletividade, visando manter dentre outras coisas a imparcialidade e os valores da instituição.

Assim sendo, Olson (1965) enfatiza que quando os usuários interagem sem a intermediação de regras de uso há um efeito denominado de *carona*¹, ou seja, os membros do grupo utilizam os recursos sem preocupar-se com os efeitos negativos sobre os outros usuários e não contribuem com os custos de manutenção do sistema.

Nesse caso, o termo *carona* é aplicado a indivíduos que participam de um grupo como em uma cooperativa, mas não dispõem de investir ou trabalhar em prol da organização, apenas aproveitam os benefícios disponíveis oriundos de esforços de outros membros.

Olson (2007) define o termo “*carona*” como o “indivíduo que se beneficia de atividades em grupo sem ter de suportar os custos apropriados”. Demsetz (1995) reforça que o problema do *carona* emerge a partir da atitude oportuna de um membro do time, destacando que uma das formas de tratamento do problema é a da pressão do grupo como agente monitorador.

Segundo Cook (1995) um dos causadores desse problema está ligado ao fato de os cooperados fundadores terem os mesmos direitos para decidir sobre o futuro da cooperativa que os cooperados recentes, e os recentes têm os mesmos direitos às sobras que os cooperados mais antigos. Isso ocorre porque a cooperativa não consegue diferenciar entre os membros mais antigos e os novos membros, bem como, para muitos serviços, a cooperativa tende a atender a não cooperados.

Assim, indivíduos que estão a mais tempo participando de uma cooperativa e que participaram desde o início, principalmente das dificuldades iniciais veem em novos

¹ Do original em inglês *free-rider*: uma pessoa ou empresa que obtém vantagem sem pagar ou ganhar por isso.

participantes o mesmo direito e força dentro da organização, o que dependendo das intenções de cada indivíduo, causa uma sensação de ameaça sobre as decisões a serem tomadas.

O termo “carona” mencionado por Olson (1965;2007) e Demsetz (1995) é diagnosticado quando o cooperado liga-se à cooperativa apenas para se beneficiar das externalidades positivas geradas pelas atividades da cooperativa, sem participar, transacionar ou investir na organização, o que reduz o incentivo à participação e ao investimento na cooperativa, bem como gera dificuldade na tomada de decisão do empreendimento cooperativo.

Em vista disso, a problemática abordada por Olson (1965;2007), Demsetz (1995) e Cook (1995), contempla dois princípios previstos por Ostrom (1990), que destaca a “coerência entre as regras de apropriação e provisão com as condições locais” e sobre as “sanções graduais” que devem ser aplicadas a indivíduos oportunistas.

Percebe-se que, para cada item relacionado pelos autores, desde o início da abordagem sobre as especificidades da gestão de cooperativas, existe também um meio de prevenção e correção previsto dentre os princípios de Ostrom (1990), ou seja, é possível amenizar e até mesmo evitar boa parte de problemas na gestão e participação de organizações de propriedade comum.

Olson (1999, p. 20) ressalta ainda que “assim como pode se supor que os indivíduos que pertencem a uma organização ou grupo têm um interesse comum, eles também têm interesses puramente individuais, diferentes dos interesses dos outros membros do mesmo grupo ou organização”.

Dessa forma, verifica-se que mesmo diante da união de indivíduos em busca de um mesmo objetivo, existem interesses individuais que vão além dos almejados coletivamente. Assim, percebe-se a existência de pessoas que só se afiliam a um grupo quando há possibilidade de conseguir algo através desse pertencer.

A questão dos interesses individuais está relacionada também com as oportunidades que um grupo pode oferecer ao indivíduo, no entanto, quando tal situação é percebida pelo restante da coletividade, pode desestimular os membros da organização.

Sobre essa realidade Cook (1995) salienta que quando o problema do oportunismo está presente dentro das cooperativas, os cooperados preferem não investir ou participar, mas continuam na organização para aproveitar alguma situação favorável economicamente.

A consequência dessas situações é que com o aumento da insatisfação dos cooperados diante do cenário oportunista de alguns, a tendência é um declínio dos investimentos na

capitalização da cooperativa, fragilizando por conta de alguns indivíduos toda uma estrutura instituída para benefício coletivo.

Nota-se então que existem variáveis internas que envolvem a gestão de bens comuns, onde é necessária a definição clara dos direitos e deveres dos cooperados, além de medidas que objetivem a coerção de indivíduos que visam apenas obter vantagens, principalmente por envolver ativos e investimentos que ditam o desempenho das atividades, tornando os resultados intimamente ligados à reciprocidade e comprometimento dos envolvidos.

Ostrom (1998) reforça que “não há cooperação sem reciprocidade”, ou seja, sem retorno ou sem compartilhamento por parte dos usuários. Os cooperados buscam identificar os outros indivíduos envolvidos e os consideram como possíveis cooperadores. Assim, cooperam com aqueles que manifestam intenção de realmente somar com o grupo e se recusam a cooperar se não houver reciprocidade.

Olson (1965) apresenta uma visão mais pessimista sobre a cooperação entre indivíduos, “a não ser que o número de indivíduos em um grupo seja muito pequeno, ou haja algum tipo de coerção em favor de um interesse comum, indivíduos racionais não contribuirão para atingir um interesse comum”. Ou seja, atores sociais em alguns contextos não têm tendência a cooperar, mesmo quando a cooperação é mutuamente benéfica, pois os benefícios serão absorvidos de forma integral enquanto os custos serão divididos pelo grupo inteiro.

Rios (1989) argumenta que o fracasso de um grupo se resume em problemas de relacionamentos entre os indivíduos, afirmando que o insucesso não é proveniente de situação desvantajosa ou instrumentos de controle econômico que interferem nos preços de seus produtos, e sim porque como indivíduos “ignorantes e ineficientes” são incapazes de agir coletivamente.

Assim, a gestão de bens comuns enfrenta adversidades com membros que se associam apenas para obter vantagens, abstendo-se em participar ativamente dos deveres como cooperados, causando prejuízos para a cooperativa por conta de sua inércia, além da desmotivação aos membros que se esforçam para crescimento da organização. Dessa forma, indivíduos que não possuem interesse em cooperar, mas sim aproveitar dos demais envolvidos são os mais beneficiados dentro de uma instituição.

Nessa lógica, Olson (1999) ressalta que em um grupo de pessoas onde existem níveis muito desiguais de interesses, proporciona a alguns indivíduos benefícios coletivos que não existiriam se fosse uma associação sem essas características. Ou seja, participantes de um

grupo que não tem intenção de cooperar tem acesso a mais regalias do que membros que participam de forma eficaz.

Por outro lado, Schneider (1981) considera que o cooperativismo típico, imposto sobre uma base desigual de associados e sendo comandada pela livre iniciativa tende a aumentar as desigualdades existentes. Em sua concepção, é ilusório pensar que um cooperativismo individualista dentro de um contexto de formação social possa diminuir as desigualdades socioeconômicas.

Por esse lado, verifica-se as diferenças de classes sociais de membros dentro de uma organização, o que pode indicar que nem sempre indivíduos não se empenham em apoiar e investir na cooperativa simplesmente por falta de vontade, mas sim, por dispor de condições.

Dessa forma, percebe-se que existe a possibilidade de pessoas usufruírem de bens coletivos por dois motivos, primeiro por realmente não haver interesse de alguns membros em somar com a cooperativa, mas apenas usufruir das vantagens, segundo, que essa situação pode ocorrer não apenas por oportunismo, mas pelo fato do grupo já existir desigualdades e faltar condições financeiras e operacionais para alguns indivíduos se equivalerem aos demais membros.

Abordando essa mesma temática, indivíduos que não investem na cooperativa, seja por não haver interesse ou condições financeiras, é mais uma dificuldade encontrada na gestão das cooperativas e, está relacionada com a capitalização da organização e automaticamente à competitividade junto a outras empresas de capital.

As cooperativas constituem seu capital social por meio de cotas integralizadas pelos cooperados no momento da sua associação, o que gera limitações para aportar mais capital próprio, pois os produtores muitas vezes não se entusiasmam ou não têm como destinar recursos à cooperativa.

Nesse contexto, Bialoskorski (2002), afirma que o custo financeiro das cooperativas é muito alto em razão da baixa elasticidade em captar recursos próprios, da existência de ativos específicos e da morosidade em efetuar adaptações na linha estratégica de projetos. Ainda representam um risco adicional ao agente financeiro por não estarem sujeitas à legislação específica de falências, o que dificulta o financiamento de suas atividades.

Bialoskorski (2002) destaca também que a capacidade de financiamento próprio da cooperativa não gera incentivos aos associados para sua capitalização, uma vez que a cota-parte não apresenta vantagens individuais para os cooperados, por outro lado, as sobras operacionais repartem-se de acordo com o volume de transação do cooperado com a

cooperativa, observando-se incentivos quase nulos para que o cooperado invista em mais cotas-parte e capitalize a cooperativa.

Desse modo, o cooperado investe seu capital na cooperativa, mas o valor das suas cotas não varia de acordo com o valor da empresa, assim, o membro da organização, que também é gestor, não tem incentivo para maximizar o valor da empresa, pois isso não lhe traz vantagens.

Diferentemente das organizações privadas e principalmente das Sociedades Anônimas, as cotas-partes das cooperativas não geram incentivos de lucratividade como as aplicações em ações.

Por outro lado, existe incentivo para o produtor investir e aumentar o valor da sua cooperativa agrícola, pois quanto maior o poder econômico da organização, maior será a capacidade de oferecer a seus cooperadores melhores condições no mercado via mecanismos de preços favoráveis.

No entanto, Olson (1999) considera que os incentivos econômicos não são os únicos passíveis de gerar interesse pela cooperação, pois o prestígio, o respeito e a amizade podem também constituir motivações para a ação coletiva com vistas à cooperação.

O autor sugere que, além dos benefícios tangíveis, existem outras motivações, como as sanções e as recompensas, que funcionam visando a fortalecer a coesão e incentivar a cooperação.

Dessa forma, evidencia-se variáveis que estão ligadas diretamente com o sucesso de uma organização, destacando fatores financeiros, relacionamentos e compromisso com a instituição a qual o indivíduo faz parte.

2 METODOLOGIA

Neste capítulo será apresentada a metodologia utilizada a fim de atender aos objetivos da pesquisa. Ainda, serão descritas as etapas de coleta de dados e os métodos utilizados no procedimento de análise.

Para Oliveira (1998), metodologia é um conjunto de processos os quais se torna possível alcançar um determinado resultado. Assim, analisa pensamentos concretos e verdadeiros visando o objetivo final no sentido de encontrar a resposta certa para o que se procura.

De acordo com Cervo e Bervian (2002, p. 63) pesquisa “é atividade voltada para a solução de problemas teóricos ou práticos com o emprego de processos científicos. A pesquisa parte, pois de uma dúvida ou problema e com o uso do método científico, busca uma resposta ou solução”.

A presente pesquisa tem abordagem quantitativa e qualitativa de dados. A pesquisa quantitativa é caracterizada pelo uso da quantificação, tanto na coleta quanto no tratamento das informações, utilizando-se de técnicas estatísticas (RICHARDSON, 1999). Para Gil (2006), pesquisa quantitativa é tudo que possa ser contável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las.

Já a abordagem qualitativa, segundo Gil (1999) propicia o aprofundamento da investigação ao fenômeno em estudo e suas relações, diante da valorização e contato direto com a situação estudada. Denzin e Lincoln (2006) caracterizam a pesquisa qualitativa como uma abordagem interpretativa, ou seja, seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem. Seguindo essa linha de raciocínio, o resultado de uma pesquisa qualitativa compreende o entendimento mais profundo de uma realidade (MALHOTRA; ROCHA; LAUDISIO, 2005).

A estratégia utilizada nesta pesquisa foi o estudo de caso. Para Eisenhardt (1989) e Yin (2009), o estudo de caso é um método de pesquisa que utiliza, normalmente, dados qualitativos, coletados a partir de fatos reais, com o objetivo de explicar, explorar ou descrever fenômenos atuais inseridos em seu próprio contexto. Caracteriza-se por ser um estudo detalhado e exaustivo de poucos, ou mesmo de um único objeto, fornecendo conhecimentos profundos.

O estudo de caso focaliza uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. (GIL, 2009, p. 53).

3.1 Amostra

A Associação de Produtores Rurais do Projeto de Irrigação Manuel Alves possui um total de 11 (onze) associados, dos quais 8 (oito) participaram da coleta de dados. Foi realizado um levantamento preliminar para definição da amostragem. Nessa etapa, foi realizada visitas ao Projeto para colher informações e assim, consolidar o roteiro para execução da pesquisa.

A amostra foi feita por conveniência, ou seja, os indivíduos entrevistados nessa pesquisa foram selecionados por estarem disponíveis.

3.2 Procedimento de Coleta de Dados

Para a coleta de dados foram utilizados dois instrumentos de pesquisa distintos: questionário e entrevista. O questionário (Apêndice 1) teve o objetivo de conhecer o perfil dos associados. Assim, todos os membros da associação foram convidados a respondê-lo, sendo que, somente 8 (oito) se disponibilizaram a participar.

Gil (2014) define o questionário com a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com a finalidade de obter informações sobre diferentes aspectos.

As entrevistas, seguiram um roteiro semiestruturado (Apêndice 2), e tiveram o objetivo de identificar a percepção dos entrevistados sobre a possibilidade de criação de uma cooperativa com os produtores associados, quais as dificuldades de criação da cooperativa e os temores em relação a criação e participação nesta cooperativa. As entrevistas foram feitas de forma presencial e gravadas mediante autorização, conforme termo de consentimento (Apêndice 3).

A fase qualitativa caracteriza-se pelo fato do pesquisador ser o instrumento-chave, o ambiente ser considerado fonte direta dos dados e não requerer o uso de técnicas e métodos estatísticos (GODOY, 1995). Também possui caráter descritivo, cujo foco não consiste na abordagem, mas sim no processo e seu significado, ou seja, o principal objetivo é a interpretação do fenômeno objeto de estudo (SILVA; MENEZES, 2005).

As entrevistas foram realizadas com produtores rurais da Associação do Projeto Manuel Alves nos meses de junho e julho de 2019. Foi realizado um pré-teste do questionário e da entrevista com dois produtores rurais do projeto e, posteriormente, a entrevista foi realizada de forma presencial com 6 (seis) produtores.

3.3 Procedimento para Análise dos Dados

Após a execução da pesquisa foi realizada a tabulação e análise dos dados, obedecendo às dimensões quantitativas e qualitativas.

A análise quantitativa foi feita por meio de estatística descritiva, que será utilizada para descrever e resumir os dados levantados pela pesquisa.

Por fim, foram feitas análises do conteúdo qualitativo, visando extrair dos entrevistados as percepções que foram livremente demonstradas sobre o tema abordado.

3.4 Devolução de Dados para a População

A devolução dos dados para a população pesquisada será feita através da entrega de um exemplar dessa pesquisa para os dirigentes da Associação de Produtores Rurais do Projeto de Irrigação Manuel Alves.

4 A ASSOCIAÇÃO DO PROJETO MANUEL ALVES

O projeto Manuel Alves está localizado no município de Dianópolis/TO, região sudeste do Tocantins, com uma área de 20 mil hectares. Possui aproximadamente 5 mil hectares destinados à fruticultura e que são divididos em 200 lotes para pequenos produtores e 16 lotes empresariais. Inaugurado em 2008, o projeto é um dos três contemplados no norte do País pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A fonte da água que abastece o projeto é oriunda do represamento do Rio Manuel Alves, um dos mais importantes afluentes e o maior em volume de água de toda região sudeste do estado. O projeto é destinado à produção de frutas e culturas anuais e, utiliza para irrigação das plantações a tecnologia de aspersão convencional.

O perímetro está no processo de execução de sua primeira etapa, tido como área piloto, em um total de 5 mil (ha), sendo que pouco menos de 3.800 mil (ha) estão em processo de ocupação por pequenos produtores, ocupando lotes entre 6,26 (ha) e 13,84 (ha).

Nestes, os lotes licitados somam um total de 199 (cento e noventa e nove), que foram entregues pelo governo do Tocantins, a partir de 2012, com toda a infraestrutura necessária para a produção, como: equipamentos de irrigação, desmatamento, correção de solo e água pressurizada. Dos lotes vendidos, 102 (cento e dois) já estão ocupados por seus proprietários, no entanto, apenas 40 (quarenta) produtores estão desenvolvendo atividades de produção.

O Projeto, que possui produtores dos mais diferentes segmentos, produz diversos tipos de frutas como: açaí, caju, cana-de-açúcar, coco anão, goiaba, citros, mamão, mandioca, maracujá, pinha, pupunha, abóbora, batata-doce, hortaliças, milho e milheto, banana, abacaxi, manga e melancia.

Uma das dificuldades encontradas hoje está relacionada a capacidade de financiamento de novas culturas e da verticalização da produção. Em sua maioria, os pequenos produtores não possuem condições suficientes para investirem em suas áreas e aumentarem suas produções. Em decorrência do financiamento dos lotes para produção, os proprietários não podem receber o título da terra, que por consequência não possibilita a penhora da propriedade como garantia de empréstimos.

A associação de produtores rurais do projeto Manuel Alves foi criada em 2008 e contava inicialmente com 31 produtores associados. A associação buscava condições de melhoria para o Projeto, fortalecimento e representatividade de seus membros.

No período da pesquisa, a associação contava com 11 membros em sua base e, devido as dificuldades encontradas na comercialização de sua produção, a criação de uma de uma

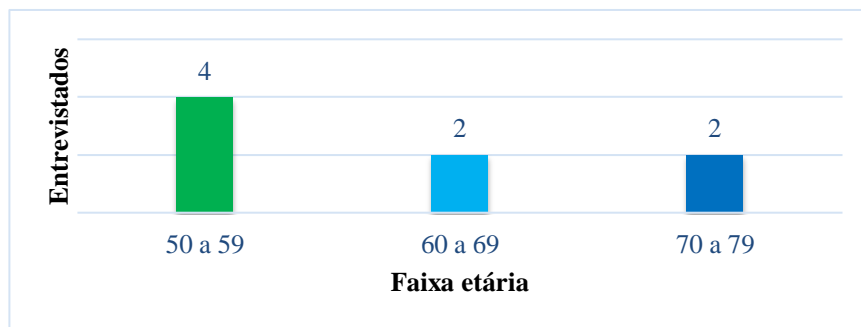
cooperativa poderia ser a saída para diminuir as barreiras comerciais e econômicas dos produtores.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 Perfil dos produtores associados participantes

Sobre o gênero dos participantes da pesquisa, foi verificado que a maioria dos produtores rurais da associação pertencem ao sexo masculino, sendo 7 (sete) homens e 1 (uma) mulher, em um total de 8 (oito) entrevistados, conforme gráfico 04.

Gráfico 04. Faixa etária

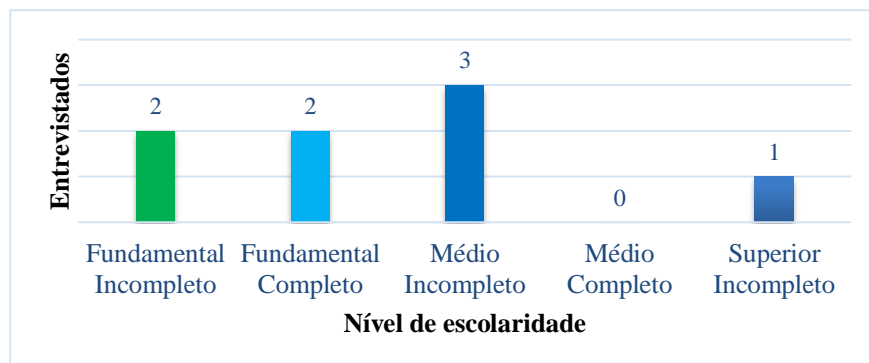


Fonte: Questionário dos Produtores Rurais do Projeto Manuel Alves/Dianópolis/TO/2019

Com relação a faixa etária dos sujeitos participantes da pesquisa, a maioria dos produtores entrevistados estão na faixa entre 50 a 59 anos.

A maioria dos produtores rurais entrevistados, cerca de 87,5%, não possuem o ensino médio completo, demonstrado no gráfico 05.

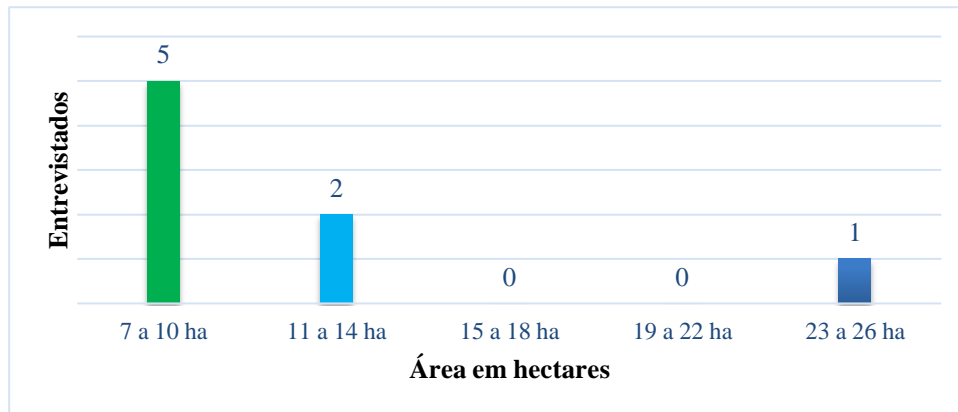
Gráfico 05. Escolaridade



Fonte: Questionário dos Produtores Rurais do Projeto Manuel Alves/Dianópolis/TO/2019

Verifica-se que a maioria dos indivíduos estão entre o ensino fundamental e médio incompleto, tendo apenas 1 (um) ingressado no ensino superior.

Gráfico 06. Tamanho da propriedade em hectares

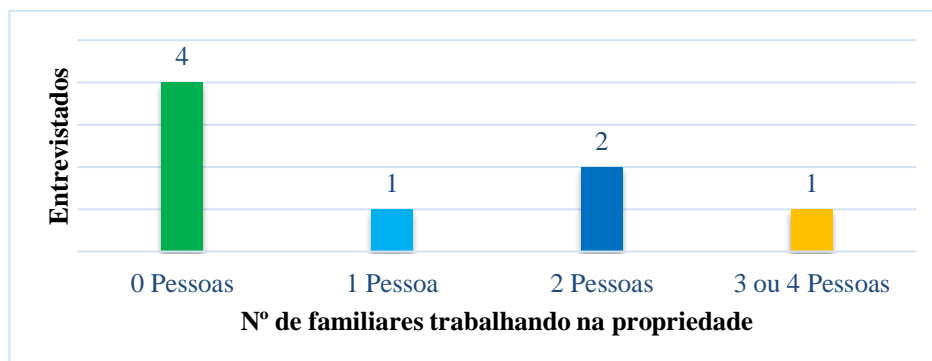


Fonte: Questionário dos Produtores Rurais do Projeto Manuel Alves/Dianópolis/TO/2019

Identificou-se que a grande parte das propriedades estão entre 7 e 10 hectares.

Em relação a residirem na propriedade, 4 (quatro) responderam que moram dentro da propriedade, e 4 (quatro) moram em outra localidade fora do perímetro do projeto. 50% dos entrevistados responderam que não possuem família residindo na propriedade.

Gráfico 07: Número de membros da família que trabalham na propriedade



Fonte: Questionário dos Produtores Rurais do Projeto Manuel Alves/Dianópolis/TO/2019

Nota-se que, 50% dos entrevistados utilizam mão-de-obra familiar para desenvolver suas atividades, fluindo de 1 a 4 familiares, enquanto outros 50% não possuem nenhum membro residente no projeto trabalhando na propriedade.

Identificou-se ainda que, a maioria dos entrevistados relataram não possuir empregados na propriedade, uma das razões é que alguns trabalham individualmente e outros

não estão desenvolvendo nenhuma atividade. Por outro lado, constatou-se que, mesmo os produtores rurais que utilizam mão-de-obra familiar, possuem diaristas para complementar o trabalho.

Quando abordado sobre os tipos de frutas que são produzidas nas propriedades rurais, identificou-se que a maioria dos produtores cultivam banana, cerca de 27%, seguido por mandioca com 16% e, coco da anã e manga com 11%.

Sobre os locais de vendas da produção, foi verificado que 7 (sete) produtores vendem seus produtos no comércio local, ou seja, nas cidades próximas, Porto Alegre do Tocantins e Dianópolis. 1 (um) produtor relatou que não está desenvolvendo atividades de cultivo, portanto não comercializa.

Em relação ao valor pago pelos produtos, 5 (cinco) produtores responderam que acham justo, enquanto 2 (dois) alegaram preços desfavoráveis. 1 (um) produtor não está produzindo e, portanto, não pôde opinar sobre essa questão.

Dessa forma, através da pesquisa de campo na Associação de Produtores Rurais do Projeto Manuel Alves, constatou-se que a maior parte dos entrevistados são homens, com idade adulta. Desses produtores, a grande maioria não possui o ensino médio completo e, desenvolvem suas atividades em pequenas propriedades com o auxílio de mão-de-obra familiar, sendo mínima a existência de empregados contratados para ajudar nas atividades.

5.2 Percepção dos agricultores

Nesta fase, serão apresentados os resultados da pesquisa qualitativa, abordando e identificando os principais pontos descritos pelos associados entrevistados no projeto Manuel Alves.

Sobre as vantagens em participar de uma cooperativa, a maioria dos produtores demonstraram uma mesma percepção. Os entrevistados elencaram benefícios comerciais para os cooperados. Um entrevistado afirma que: *“Ela ajuda o produtor, tanto a vender, comercializar o produto e a própria cooperativa compra os insumos para repassar ao produtor”* (E1). Por outro lado, identificou-se que alguns produtores não possuem conhecimento sobre vantagens e nem de como funciona uma cooperativa, como a fala seguinte: *“No momento eu não vejo vantagem. Eu não sei, nunca participei”* (E5).

Assim, percebe-se que as interpretações foram identificadas no referencial teórico, sendo que, uma das principais alegações foram as vantagens comerciais através da cooperativa, o que confirma as afirmações dos autores Bialoskorski (2001) e Pinho (1982),

que argumentam a importância das cooperativas para diminuir os custos de produção e as facilidades de comercialização para seus cooperados.

Por outro lado, é observado que alguns produtores não possuem conhecimento do que é uma cooperativa e as vantagens que ela oferece - fato que pode indicar a falta de interesse em participar desse tipo de organização.

Quando questionados sobre as dificuldades de participação em uma cooperativa, identificou-se como fatores principais a falta de união, dificuldade de relacionamentos, falta de interesse, oportunismo e a própria cultura da região, conforme o seguinte relato:

“A união. A união porque cada um pensa de um jeito, e muitas vezes em si próprio, não pensam no coletivo [...] dificuldades de relacionamento sempre querendo pensar em si próprio [...] existe a questão do oportunismo, e muito.” (E1).

Os entrevistados relataram que alguns produtores não demonstram intenção em participar de uma cooperativa, de acordo com a fala: “*Falta de interesse dos produtores, de se ‘achegar’, de se ‘ajuntar’ e colocar a mão na massa e ver que nós precisamos de uma cooperativa aqui no projeto*” (E2). Outro entrevistado ressaltou que: “*As pessoas não acreditam e não tem vontade de participar*” (E5).

No entendimento de outro produtor, a falta de união é um dos entraves que dificultam a participação, expressando sua opinião da seguinte forma: “*Na minha visão nem existe como começar a fundar uma cooperativa hoje, por causa da desunião, porque eles não querem pequenos com os grandes*”. (E4). Para outro produtor, a maior dificuldade é a cultura, e afirma: “*Um pouco é a cultura. O pessoal não tem essa cultura da cooperativa*”. (E6).

Ainda sobre as dificuldades, um entrevistado relatou que: “*eu não vejo tanta dificuldade, se os produtores estiverem de acordo e se unirem não existe tanta dificuldade. Mas o financeiro é o maior problema*” (E8). Esse produtor, diferentemente dos demais, ponderou as barreiras financeiras para a viabilização de uma cooperativa.

Em relação as dificuldades de participação em uma cooperativa, foi possível identificar que grande parte dos produtores alegaram questões de relacionamento, oportunismo e união como maiores divergências na associação, aspectos que são descritos por Ostrom (1998), que afirma não existir cooperação sem reciprocidade entre os indivíduos, ou seja, sem interesse dos cooperados em permanecer em um grupo mantendo uma relação saudável para benefício de todos.

O problema do relacionamento também foi observado por Rios (1989), que argumenta que um dos principais fatores que levam ao fracasso são os problemas de relacionamento entre os membros, indicando a incapacidade de conseguir êxito de forma coletiva.

O oportunismo é descrito pelos produtores como um dos problemas de participação em uma cooperativa e, também é mencionado por diversos autores neste trabalho como Zylbersztajn (2002); Olson (2007); Cook (1995) e Demsetz (1995), que descrevem o problema de oportunismo como “carona”, e que é um dos principais desafios enfrentados dentro das organizações que envolvem a coletividade.

Ostrom (1990) apresenta meios de correção para esse tipo de situação, destacando o monitoramento e a aplicação de sanções graduais aos indivíduos que forem identificados com práticas que estejam em desacordo com o ambiente.

Acerca da união, os produtores enfatizam que a dificuldade de participação está relacionada com as diferenças entre pequenos e grandes produtores no projeto, associados e não associados. O problema é descrito por Schneider (1981), que afirma que o cooperativismo quando imposto sobre uma base desigual tende a aumentar as desigualdades.

Essa consideração pode indicar um dos aspectos identificados por meio da entrevista, que diagnosticou que alguns produtores se sentem rejeitados por outros, afirmando que existe uma dificuldade de aceitação dos grandes em relação aos pequenos produtores locais.

Outro argumento elencando por Olson (1999) e que pode ter relação com esses fatos é que, onde existe um grupo de pessoas com níveis desiguais de interesses, pode ocorrer de haver benefícios coletivos a indivíduos que não existiriam se fosse uma classe homogênea, ou seja, pode ser que a desunião seja fruto de pensamentos ligados a essa abordagem.

A falta de interesse também foi diagnosticada na associação e é considerada um dos entraves para a participação. Nesse sentido Olson (1965) descreveu que pode ocorrer de indivíduos não demonstrar interesse em contribuir, mesmo que seja para algo benéfico a coletividade, pois atuando sozinhos as vantagens serão absorvidas de forma integral, o que pode causar a desistência em participar desse tipo de organização.

Por outro lado, é possível identificar que existem também barreiras ligadas a questões financeiras, fatores já mencionados por autores como Bialoskorski (2002), que aborda a dificuldade em capitalizar uma cooperativa por parte dos membros. No mesmo sentido, Olson (1965;2007) e Demsetz (1995) elencam o benefício de alguns indivíduos que não cooperam e desfrutam de vantagens coletivas como causas da recusa em investimentos na cooperativa.

Quando abordados sobre os temores da criação e participação em uma cooperativa e o que poderia dar errado, observou-se que a questão da corrupção também está presente nos

temores dos associados. Sobre isso, um entrevistado argumentou: *“Dependendo de como ela é e por quem ela vai ser administrada. Depende muito do gestor”*. (E3). Outro entrevistado ressaltou que: *“O medo de você montar uma coisa dessas é justamente a corrupção”*. (E6).

Surgiram também questões sobre a responsabilidade, oportunismo e dedicação com a cooperativa, conforme fala: *“Enxergo indivíduos sem compromisso que só querem se aproveitar”* (E4) e *“As pessoas aqui não tem interesse de criar, então meu medo é esse, de começar e logo desistirem e a cooperativa parar”* (E5). Em contraponto, indicando a essência de uma cooperativa, um entrevistado destacou a seguinte fala: *“cooperativa é feita pra quem realmente tem um espírito cooperativista. Você tem que ter isso, não pensar só em você”*(E7).

Assim, as preocupações relatadas pelos entrevistados estão relacionadas com a ausência de pessoas com perfil cooperativista e de gestores para gerenciar uma cooperativa, além do medo de corrupção na gestão.

Essas considerações descritas pelos entrevistados podem indicar a falta de confiança de indivíduos em participarem de uma organização que utiliza de recursos comuns, reforçando assim, os princípios apontados por Ostrom (1990), que estabelece regras e princípios para diminuir as divergências na gestão, proporcionando assim mais segurança aos membros da cooperativa.

Sobre a criação de uma cooperativa pela associação de produtores rurais, percebeu-se que existe diferentes pensamentos a esse respeito. Alguns produtores acreditam e entendem que é necessário. *“É possível e deve criar. Eu creio que se a gente não entrar nessa de criar uma cooperativa, de fazer ela funcionar, normal, com uma boa gestão, ‘nós não consegue’ permanecer aqui”*. (E2). Por outro lado, um produtor destacou que não acredita, indicando a existência de discriminação econômica entre os próprios produtores locais. *“Criação eu não acredito, porque a desunião é demais, os ‘gráudos’ não aceitam nós”*. (E4).

Por fim, a respeito da criação de uma cooperativa no projeto, identificou-se que existem entrevistados que acreditam ser possível e necessário, principalmente para favorecer a comercialização de seus produtos. Por outro lado, alguns produtores não possuem a mesma visão, destacando que existe diferenças sociais no grupo e que isso inviabiliza a criação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida com os associados do Projeto Manuel Alves confirmou diversos temas apresentados no referencial teórico, desde as vantagens da cooperativa à problemas de relacionamentos existentes em ambientes que são utilizados coletivamente.

Os objetivos propostos por essa pesquisa foram alcançados, uma vez que foi possível identificar o perfil dos produtores rurais associados do Projeto Manuel Alves, além de conhecer os principais fatores que dificultam a criação da cooperativa e os temores dos quais esses associados possuem em relação a ela.

Verificou-se que os produtores rurais associados desenvolvem suas atividades sob regime de agricultura familiar e, apesar de possuírem experiência na produção de frutas, enfrentam grandes dificuldades na hora da comercialização de seus produtos.

Assim, a criação de uma cooperativa agrícola poderia ser o ponto crucial de fortalecimento para esses associados, possibilitando ainda uma maior visibilidade do Projeto, sendo então uma possível solução para a Associação superar as barreiras comerciais.

No entanto, por meio da pesquisa foi possível identificar que existem diversos fatores que dificultam a criação da cooperativa. Além do fato de não existir uma cultura cooperativista no norte do País, região a qual se encontra esse projeto, os entrevistados apontaram ainda, outras dificuldades relacionadas a relacionamento entre os próprios produtores rurais locais.

A dificuldade de participação em grupo é um fator que pode indicar o motivo de não existir uma cooperativa até o momento, ou até mesmo a causa pela qual nenhuma cooperativa conseguiu permanecer ativa no Projeto, pois através da pesquisa foi possível conhecer variáveis negativas encontradas em outros estudos, principalmente no que se relaciona a utilização de um bem de forma coletiva.

Assim, mesmo sendo observado a necessidade de criação da cooperativa pelos associados e o interesse por parte de alguns, percebe-se que, no presente momento, é difícil sua criação, pois não existe número mínimo de associados - são 20 (vinte) para criar uma cooperativa – e a desunião por parte dos produtores que não fazem parte da associação é grande, fator esse que pode impedir que outros indivíduos se tornem membros da associação.

Apesar de conhecer o perfil dos produtores rurais da associação e os principais temores que eles possuem em relação a criação de uma cooperativa, seria necessária uma investigação mais profunda dessa comunidade, visando identificar os impactos positivos e negativos que uma cooperativa causaria para os produtores rurais do Projeto.

Dessa forma, antes mesmo de se pensar em criar uma cooperativa, seria interessante fazer uma conscientização e capacitação para esses produtores, com a finalidade de esclarecer com detalhes as funcionalidades de uma cooperativa, demonstrando sua forma, gestão, vantagens e participação dos cooperados, para que assim exista conhecimento e compreensão dos benefícios de fazer parte de uma empresa coletiva.

REFERÊNCIAS

- ACI. Aliança Cooperativa Internacional 2019. Disponível em < <https://www.ica.coop/es/cooperativas/datos-y-cifras> >. Acesso em 06 de Janeiro de 2019.
- BARNI, E. J.; BRANDT, S. A. Descentralização, diversificação e tamanho de cooperativas agropecuárias. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 30, n.1, p. 1-10, jan./mar. 1992.
- BARROS, Lousanne Cavalcanti et al.; **Análise de Crédito: um estudo empírico em uma Cooperativa de Crédito**. ENEGEP 2005 ABEPRO 2156. XXV Encontro Nac. de Eng. de Produção – Porto Alegre, RS, Brasil, 29 out a 01 de Nov. de 2005.
- BENECKE, D. W. **Cooperação e Desenvolvimento**. Porto Alegre: Coojournal, 1980. Berrance Simões São Paulo, Atlas S/A, 1975. 580 p.
- BIALOSKORSKI NETO, S. **Gestão do Agribusiness Cooperativo**. In: BATALHA, M. O. (Coord.). *Gestão agroindustrial*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997. p. 515-543.
- _____. **Estratégias e cooperativas agropecuárias: um ensaio analítico**. In: BRAGA, Marcelo José; REIS, Brício dos Santos (Org). *Agronegócio cooperativo – reestruturação e estratégias*. Viçosa, 2002.
- _____. **Aspectos Econômicos das Cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.
- _____. **Agronegócio cooperativo**. In: BATALHA, M. (Org.). *Gestão agroindustrial*. São Paulo: Atlas, 2001.
- BRASIL Lei nº 5.764, de 16 de Dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm > Acesso em 15 de Janeiro de 2019.
- CANÇADO, Airton Cardoso et al. **Desfazendo um mal entendido: Discutindo as diferenças entre lucros e sobras**. Viçosa 2013.
- _____. **Autogestão em cooperativas populares: os desafios da prática**. Universidade Federal da Bahia Escola De Administração Núcleo De Pós-Graduação Em Administração, 2004.
- _____. **Cooperativismo: primeiras lições**. Brasília, SESCOOP. 2013.
- CHADDAD, R. F. **Cooperativas no agronegócio do leite: mudanças organizacionais e estratégicas em resposta à globalização**. *Revista Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, Minas Gerais, V. 9, n.1, p. 69-78, abr. 2007.
- COOK, M. L. The future of U.S. agricultural cooperatives: a neo-institucional approach. *American Journal of Agricultural Economics*, Oxford, v. 77, n. 5, p. 1153- 1159, Dec. 1995.

DAL COL, H. M. (2008). Sobras líquidas distribuídas pelas cooperativas x contribuição previdenciária rural. Disponível em <
https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/29815-29831-1_B.pdf&ved=2ahUKEwje_ILp67bgAhWVJ7kGHSAdDTYQFjAAegQIBhAB&usg=AOvVaw0N2D3jIvv55k8Q_dtVfljG&cshid=1549993267317 > Acesso em 26 de Fevereiro de 2019.

DEMSETZ, H. **The economics of the business firm: seven critical commentaries.** Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. **Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa.** In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.* 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

DUARTE, L. M. G. **Capitalismo e Cooperativismo no RGS.** O Cooperativismo empresarial e a expansão do capitalismo no setor rural do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, L&PM/ANPOCS, 1986.

DUARTE, L.M.G.; WEHRMANN, M.E.S. de. **Expansão da fronteira agrícola nos cerrados brasileiros:** percursos da soja das Missões até os lavrados de Roraima. IN: FALCONÍ, F.; HERCOWITZ, M.; MURADIAN, R. (eds.). *Globalización y desarrollo en América Latina.* Quito, Equador, FLACSO, 2004.

EISENHARDT, K.M. (1989) **Building theories form case study research.** *Academy of Management Review.* New York, New York, v. 14 n. 4.

FULTON, M. **The future of Canadian Agricultural Cooperatives: a property rights approach.** *American Journal of Agricultural Economics,* dez. 1995.

GABRIEL, M. L. D. **Métodos Quantitativos em Ciências Sociais:** sugestão para elaboração e relatório da pesquisa. *Revista Desenvolvimento em Questão,* n. 28. Rio Grande do Sul: ed. Unijuí, 2014 p. 348-369.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa.** – 4. Ed. 12. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como Elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo, Atlas, 2006.

_____. **Métodos e técnicas da pesquisa social.** 6ª Ed. – 6ª reimpr. São Paulo: Atlas, 2014.

GIMENES, R. M. T.; GIMENES, F. M. P. **Agronegócio cooperativo: a transição e os desafios da competitividade.** *Cadernos de Economia – Curso de Ciências Econômicas – Unochapecó.* Ano 11, n 20. Jan./jun. 2007.

GODOY, A. S. **A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas.** *Revista de Administração de Empresas.* São Paulo, v. 35, n. 4, p.65-71, jul./ago. 1995.

GOERCK, Caroline. **Precursores do Cooperativismo**. Disponível em < <http://cac-php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/economia/meco26.pdf>> Acesso em 07 Janeiro de 2019.

HANSMANN, H. **The Ownership of Enterprise**, Belknap Press of Harvard University Press, 1996.

HOLYOAKE, G.J. **Os 28 tecelões de Rochdale**. (história dos probos pioneiros de Rochadale) [cooperativa; Inglaterra] Rio de Janeiro; gb (Brasil) 1933.

IBGE – **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em > https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/produtores.html?loalidade=17 < acesso em 10 de setembro de 2019.

_____. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf > Acesso em 06 de Janeiro de 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/panorama> > Acesso em 18 de Janeiro de 2019.

KOSLOVSKI, J. P. **O cooperativismo paranaense: progresso e justiça social**, Organização das cooperativas do Estado do Paraná, Curitiba, 1987, 44p.

LACOMBE, F. J. M. **Dicionário de administração**. São Paulo: Saraiva, 2004. 358p.

MALHOTRA, N.; ROCHA, I.; LAUDISIO, M.C. **Introdução à Pesquisa de Marketing**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

MORATO, A. F.; COSTA, A. **Avaliação e Estratégia na Formação Educacional Cooperativista**. Unimed In: Cooperativismo na era da globalização. Goiânia: UNIMED: Federação dos Estados de Goiás e Tocantins, 2001.

OCB - Disponível em : < <https://somoscooperativismo.coop.br/publicacao/1/agenda-institucional-do-cooperativismo> > Acesso em 06 de Janeiro de 2019.

_____. **Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)**. Disponível em < <https://www.somoscooperativismo.coop.br/o-que-e-cooperativismo> > Acesso em 06 de Janeiro de 2019.

_____. **Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Relatório de Atividades. 2018**. OCB/Tocantins - Números do cooperativismo no Tocantins: Disponível em < <http://www.tocantinscooperativo.coop.br/numeros-do-cooperativismo-tocantinense/> > Acesso em 15 de Janeiro de 2019.

OLIVEIRA, D. P. R. (1998). **Planejamento Estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. São Paulo, atlas.

OLSON, M. **The Logic of collective action**. Cambridge: Harvard University, 1965.

_____. **An empirical approach to exploring the role of selective incentives in mitigating the free rider problem.** 2007. 205 f. Tese (Doutorado em Economia Agrícola) - Universidade de Missouri, Columbia, Estados Unidos da América.

_____, M. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais.** São Paulo: Edusp, 1999. 208 p.

OSTROM, E. **A behavioural approach to the rational-choice theory of collective action.** American Political Science Review 92: 1-22.1998.

_____. **Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action.** New York: Cambridge University Press, 1990.

PADILHA, D. L. **Administração moderna de empresas e cooperativas.** Tradução Auriphebo Berrance Simões. São Paulo: Atlas, 1975.

PINHO, D. B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista.** 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1966.

_____. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro.** Manual de cooperativismo. São Paulo: CNPq, v.1, 1982.

_____. **O que é cooperativismo?.** São Paulo: DESA, 1966. 154p.

PORTAL DA OCB, 2019. Disponível em: < <https://www.ocb.org.br/historia-do-cooperativismo> > Acesso em: 03 01 2019

REISDORFER, Vitor Kochhann: **Introdução ao cooperativismo** / Vitor Kochhann Reisdorfer – Santa Maria : Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil, 2014. 106 p.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1999.

Rios, G. S. L. (1989). **O que é cooperativismo** (2. ed.). São Paulo, SP: Brasiliense.

SANTOS, A. dos; GOUVEIA, F. H C.; VIEIRA, P. **Contabilidade das Sociedades Cooperativas.** São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS, A.C.L. dos, **Cooperativismo: entre os princípios teóricos e o desenvolvimento viável, um estudo de caso.** 1998. 90 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 1998.

SCHNEIDER, J. E. (1981). **O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento** periférico dependente: O caso brasileiro. In M. R. Loureiro (Ed.), *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil* (pp. 11-40). São Paulo, SP: Cortez.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia, participação e autonomia cooperativa.** 2. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1999. 496 p.

SEXTON, R. J. **Cooperatives and the forces shaping agricultural marketing**. American Journal of Agricultural Economics. Menasha, dec. 1986. p. 1167-1172.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis, 2005.

SILVA, E. S. et al. **Panorama do Cooperativismo Brasileiro: História, cenários e tendências**. Rede de Universidades das Américas para Estudos Cooperativos e Associativos - UNIRCOOP. 2003.

SILVA, J. A. **O papel das cooperativas no desenvolvimento econômico local: um estudo de caso na cooperativa coopernorte**. Universidade Estadual do Tocantins - Unitins, 2017.

SILVA, T. N. **A participação de cooperados na gestão de cooperativas de produção: uma análise da separação entre propriedade e controle**. Perspectiva Econômica, São Leopoldo: Unisinos, v.29, n.86, jul./set. 1994.

VALADARES, J. H. **Moderna administração de cooperativas**. Belo Horizonte. Maio 2002. (Apostila FORMACOOOP – Mód. II – SESCOOP/BA, realizado em nov. 2004).

VEIGA, S. M.; FONSECA, I. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. Série Economia Solidária. DP & A: Fase, Rio de Janeiro, 2001. ISBN: 85-7490-120-2.

VEIGA, Sandra Mayrink; RECH, Daniel. **Associações: como constituir sociedades sem fins lucrativos**. – Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001.

YIN, R.K. (2009) *Case study research, design and methods (applied social research methods)*. Thousand Oaks. Califórnia: Sage Publications.

ZYLBERSZTAIN, D. **Estruturas de governança e coordenação do agribusiness: Uma aplicação da nova economia das instituições**. São Paulo, FEA/USP, Tese de livre docência. 1994.

_____. **Quatro estratégias fundamentais para cooperativas agrícolas**. In: BRAGA, Marcelo José; REIS, Brício dos Santos (Org). Agronegócio cooperativo – reestruturação e estratégias. Viçosa, 2002.

APÊNDICE 1**QUESTIONÁRIO**

Esse questionário tem por objetivo conhecer o perfil dos produtores rurais vinculados à Associação de Produtores Rurais do Projeto de Irrigação Manuel Alves no Município de Dianópolis/TO. Os dados serão sigilosos e utilizados somente para pesquisa científica.

Responda as seguintes questões

1. **Sexo:** () Masculino () Feminino
2. **Idade:** _____ Anos
3. **Qual a sua escolaridade?**
 - () Não alfabetizado
 - () Fundamental incompleto
 - () Fundamental completo
 - () Ensino médio incompleto
 - () Ensino médio completo
 - () Superior incompleto
 - () Superior completo
 - () Pós graduação.
4. **Qual o tamanho da sua propriedade?** _____ ha
5. **Reside na propriedade?** () Sim () Não
6. **Qual o tamanho da sua família?** _____ pessoas
7. **Quantos da família trabalham na propriedade?** _____ pessoas
8. **Possui empregados?** () Sim () Não
9. **Se sim, qual o regime de trabalho?** () CLT () Diaristas

10. Que tipo de frutas o(a) senhor(a) produz em sua propriedade? Marque quantas for necessário.

- Banana Mamão
 Coco Manga
 Abacaxi Goiaba
 Maracujá Melancia
 Outra - Qual? _____

11. Onde sua produção é vendida? Marque mais de uma opção, se necessário.

- Comércio local Margens da rodovia
 Distribuidoras Mercado externo
 Outro - Qual? _____

12. O preço pago pelos seus produtos é justo? Sim Não

APÊNDICE 2**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto intitulado: *A percepção dos produtores rurais sobre a criação de uma cooperativa agrícola: Estudo de caso na Associação de Produtores do Projeto de Irrigação Manuel Alves* no município de Dianópolis/TO, desenvolvido pelo acadêmico em Administração da Universidade Federal do Tocantins – UFT, Miller Vieira Santana.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio questionário e entrevista. Estou ciente de que a entrevista realizada pelo pesquisador será gravada e de que o acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo pesquisador e seu orientador.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Dianópolis/TO, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura do pesquisador: _____

Assinatura da testemunha: _____

APÊNDICE 3

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. O senhor (a) vê **vantagens** em participar de uma cooperativa?
2. Em sua visão, quais as **dificuldades** para a criação da cooperativa?
3. Quais os seus **temores** quanto à criação e participação em uma cooperativa? O que pode dar errado?
4. O senhor(a) acredita que **é possível a criação de uma cooperativa** pelos produtores (associados) do Projeto Manuel Alves?

ARTIGO

A PERCEPÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS SOBRE A CRIAÇÃO DE UMA COOPERATIVA AGRÍCOLA

1. INTRODUÇÃO

O Cooperativismo agropecuário tem sido utilizado por agricultores na tentativa de garantir sua inserção e permanência no mercado globalizado através do esforço conjunto. Os princípios cooperativistas norteiam a gestão das cooperativas para que essas possam garantir o desenvolvimento social de seus cooperados ao mesmo tempo em que agrega maior competitividade e busca desenvolvimento econômico, enfrentando um mercado cada vez mais competitivo.

O Projeto de Irrigação Manuel Alves no município de Dianópolis/TO é composto em sua maioria por pequenos produtores rurais que concentram suas atividades na produção de frutas. Atualmente, uma parte desses produtores enfrentam dificuldades na comercialização da produção em grandes centros.

Observa-se que existem alguns entraves que impedem a inserção dos pequenos produtores em mercados maiores. Enquanto produtores com maior capacidade de produção e acessibilidade conseguem comercializar com mais solidez, principalmente por possuírem condições de fornecer seus produtos em grande quantidade, os pequenos produtores não conseguem produzir o volume ou com a regularidade exigida pelos grandes compradores.

Essa realidade é consequência da baixa produtividade individual de parte dos produtores, que por não ofertarem grandes quantidades de frutas não conseguem entrar em grandes centros, tendo sua produção comercializada de forma fragmentada em mercados locais e nas rodovias às margens do projeto. Dessa forma, se torna mais difícil alcançar resultados satisfatórios de desenvolvimento social e econômico para a região.

Outro fator relevante é que uma parte da produção está sendo descartada, é o chamado produto de segunda linha, que não consegue atingir um nível de qualidade suficiente para entrar em mercados mais exigentes, mas que mesmo assim não deixam de ter qualidade e podem ser comercializados nos mercados locais.

A iniciativa de produzir esse trabalho na Associação de produtores do Projeto de Irrigação Manuel Alves, localizado no município de Dianópolis/TO, se deu pela importância econômica da produção de frutas no aumento de renda dos produtores associados e na geração de empregos diretos e indiretos na região.

A criação de uma Cooperativa no projeto, poderia gerar novas oportunidades para os produtores, facilitando a inserção em novos mercados, aumentando a competitividade pelo volume ofertado, ampliando o poder de negociação na compra de insumos, diminuindo os custos da produção e de comercialização e, ainda, viabilizando o financiamento de um equipamento para industrializar e agregar valor aos produtos.

A pesquisa visa ainda, identificar as percepções dos produtores associados diante de uma possível cooperativa no Projeto. Através dos dados coletados e do conhecimento gerado, esse trabalho poderá servir de norte para capacitar os produtores em relação às funções e atributos de uma cooperativa, levando conhecimento aos pequenos produtores sobre as possibilidades do trabalho cooperativo.

Uma vez identificadas essas demandas, se tornará mais fácil o diálogo com os produtores sobre a criação da cooperativa, observando diretamente os pontos primordiais extraídos desse estudo, facilitando esclarecimentos de dúvidas e esforços no sentido de fomentar a instituição de uma cooperativa Agrícola.

Assim, a pergunta de pesquisa a ser respondida é: Quais as dificuldades e os principais fatores que impedem a criação e implantação de uma cooperativa agrícola na associação produtores rurais no Projeto de Irrigação Manuel Alves no Município de Dianópolis/TO?

O objetivo geral deste estudo é conhecer os principais aspectos que dificultam a criação de uma cooperativa agrícola pelos produtores rurais da Associação do Projeto de Irrigação Manuel Alves no Município de Dianópolis/TO.

2. COOPERATIVISMO

A cooperação está na gênese da história humana e sempre existiu nas sociedades, desde as eras mais remotas, estando sempre associada às lutas pela sobrevivência, às crises econômicas, políticas e sociais, bem como às mudanças.

Bialoskorski (2006) comenta que o cooperativismo e o ato de cooperar são atividades antigas na história da humanidade. Há registros sobre a cooperação e a associação solidária desde a Pré-História da civilização, em aldeias indígenas ou em antigas civilizações como os Babilônicos.

Entretanto, Pinho (1966), Holyoake (1933) e Bialoskorski (2006) relatam que houve muitas tentativas de se instituir cooperativas em um passado distante, mas não obtiveram sucesso devido às condições políticas desfavoráveis e, principalmente, pela forma como eram criadas.

Segundo Holyoake (1933), o cooperativismo surge em 21 de dezembro de 1844, na cidade de Rochdale/Manchester, no interior da Inglaterra durante a Revolução Industrial. Na época, 28 operários que trabalhavam como tecelões, estando em situação crítica ocasionada pelos baixos salários, começaram a juntar quantias em dinheiro para formar um caixa coletivo e comprar alimentos mais baratos negociando por preços melhores no atacado.

Bialoskorski (2006) considera que o movimento cooperativista em Rochdale foi o marco mundial da cooperação, onde permanece até hoje a base e a doutrina instituída pelos pioneiros da época, sendo adotada inclusive pela maior representante do cooperativismo, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI).

Para Reisdorfer (2014) a cooperação surgiu como uma necessidade de sobrevivência, uma forma encontrada pelos indivíduos de sair do estado precário em que viviam através da união de esforços conjunto e continuado para alcançarem seus objetivos.

A Teoria da Ação Coletiva de Olson (1999) aborda os motivos pelos quais os indivíduos buscam agir coletivamente, mesmo quando poderiam sanar suas necessidades individualmente. Neste caso, o autor argumenta que existem necessidades que são difíceis ou até mesmo impossíveis de serem supridas individualmente, mas se tornam mais acessíveis quando compartilhada pelo grupo.

No mesmo sentido, a ACI (2019) destaca que uma cooperativa é a união espontânea de indivíduos que buscam por meio da coletividade suprir seus anseios e necessidades socioeconômicas.

Bialoskorski (2002) ressalta que, o cooperativismo é conhecido como uma das principais ferramentas para a promoção de desenvolvimento econômico e social, pois através dele existe geração e distribuição de renda, promovendo o capital social nas comunidades que o praticam.

Segundo Morato e Costa (2001), a cooperativa é uma das formas mais avançadas de organização da sociedade civil, pois proporciona o desenvolvimento socioeconômico aos seus integrantes e a comunidade e resgata a cidadania por meio da participação, do exercício da democracia, da liberdade e autonomia.

Silva (1994) ressalta que a finalidade principal de uma cooperativa é a melhoria da condição econômico-social de seus cooperados. Bialoskorski (2001) acrescenta que o objetivo de uma cooperativa é a prestação de serviços a seus associados, ou seja, o objetivo é trabalho, não lucro diferentemente das empresas de capital.

O movimento cooperativista é mais que um modelo de negócios, é uma filosofia de vida que busca transformar a sociedade em um lugar mais justo, feliz, equilibrado e com

melhores oportunidades para todos. O desenvolvimento econômico e social, a produtividade e a sustentabilidade individual e coletiva se juntam em torno do mesmo objetivo, que é o crescimento mútuo. (OCB, 2019).

Como mostra a literatura, as organizações cooperativas nascem como resultados de interações sociais, da articulação e da associação de indivíduos que se identificam por interesses ou necessidades, buscando o seu fortalecimento por meio da organização, com vistas a objetivos e resultados, principalmente, de ordem econômica.

Assim, Pinho (1966) definiu cooperativismo e cooperativa como uma ferramenta de correção do meio social e econômico, que como sociedade organizada e democrática possibilita a união de pessoas com finalidades predominantemente econômicas, visando, além de suprir as necessidades dos membros, viabilizar a realização de atividades voltadas a coletividade.

2.1 Princípios Cooperativistas

Os princípios do cooperativismo constituem um conjunto de normas que norteiam a constituição e o funcionamento das cooperativas. Desde sua fundação em Rochdale, no ano de 1844, houve algumas mudanças que ocorreram em congressos realizados pela ACI.

Schneider (1999) relata que essa evolução foi seguida por várias discussões e consultas idealizadas pela ACI entre os teóricos do cooperativismo, dirigentes de cooperativas e representantes de cooperativas locais, existindo sempre debates para aprovar alguma mudança. De acordo com a ACI (2019) os princípios básicos atuais que norteiam os valores do movimento e suas especificidades são:

8. Adesão voluntária e livre,
9. Gestão democrática,
10. Participação econômica dos membros,
11. Autonomia e independência,
12. Educação, formação e informação,
13. Intercooperação, e
14. Interesse pela comunidade.

Desse modo, o cooperativismo se caracteriza como um movimento, uma filosofia de vida e um modelo socioeconômico, capaz de agregar desenvolvimento econômico e bem-estar social, onde indivíduos que tem em comum um mesmo objetivo, se unem a fim de possibilitar uma melhor condição de vida por meio de princípios e doutrina.

2.2 Especificidades na Gestão de Cooperativas

Hansmann (1996) e Zylbersztain (1994) argumentam que o duplo papel do cooperado, sendo, ao mesmo tempo, dono e usuário, é o responsável por grande parte dos problemas de gestão que as cooperativas enfrentam, pois acarreta adversidades relacionadas a não separação entre propriedade e controle, gerando perda de eficiência gerencial da cooperativa, especialmente em organizações com elevado grau de complexidade.

Zylbersztajn (2002) argumenta que os problemas enfrentados na gestão de uma cooperativa estão relacionados a suspeita do oportunismo e aos incentivos que afetam as relações entre cooperado e cooperativa. Indivíduos visando apenas o benefício próprio dificultam a harmonia coletiva do grupo, pois quando há a percepção de interesses ocultos cria-se um cenário de conflitos.

Assim, Zylbersztajn (2002) e Ostrom (1990) relatam em suas abordagens algumas situações em comum em relação a problemas na gestão de bens comuns. Se por um lado Zylbersztajn (2002) destaca como problema a questão do oportunismo, Ostrom (1990) apresenta como meio de correção o “monitoramento”, “sanções graduais” e “mecanismos de resolução de conflitos”. Para Ostrom (1990) esses princípios ajudam a manter o sucesso de uma organização que participa de uma gestão de bens comuns.

Outro problema observado é em relação a remuneração do capital por parte dos cooperados. As quotas-partes são os recursos que possibilitam o crescimento da cooperativa e dos cooperados, no entanto, a falta de conhecimento e compreensão sobre esses recursos podem dificultar a capitalização da cooperativa.

Bialoskorski (2002) argumenta que o cooperado não possui a percepção sobre a remuneração do capital de suas quotas-partes e, o crescimento da cooperativa e a distribuição das sobras normalmente são considerados menos importantes do que preços mais favoráveis que os de mercado, o que denota o horizonte de curto prazo dos cooperados, que preferem a maximização imediata de suas atividades, por meio de incentivos de preços.

Alguns indivíduos que aderem à participação de uma cooperativa estão mais interessados no que a organização pode oferecer de vantagens no curto prazo, principalmente nas possibilidades de inserção em novos mercados, preços atrativos de vendas e facilidades na negociação de insumos, não demonstrando por outro lado, preocupação com a capitalização da organização, elevação do seu valor de mercado e remuneração de suas cotas-partes.

Nas cooperativas, além das dificuldades na questão do relacionamento dos membros, existe a parte financeira que também pode causar dificuldades

Zylbersztajn (2002) observa outro problema na condução das cooperativas, que é a fidelização dos cooperados. Segundo o autor, a relação entre cooperado e cooperativa deve ser considerada contratual, uma vez que envolve ativos específicos e rendas associadas a transações. Existem investimentos realizados pela cooperativa cujo sucesso depende da fidelidade dos cooperados, e há quebras de contrato quando o cooperado vende a sua produção a outro comprador, prejudicando o desempenho da cooperativa.

Cooperativas que possuem uma central de relacionamento com o cooperado podem estreitar os vínculos e melhorar a participação econômica e na governança da cooperativa, pois o cooperado percebe que tem voz e influência nas decisões da cooperativa.

Ostrom (1990) argumenta que para atender a situações de interdependência entre atores heterogêneos, a ação coletiva é implementada com o uso de instituições definidas como um conjunto de regras e normas efetivamente aplicadas por um grupo de indivíduos para organizar as suas atividades. As normas correspondem a valores internos ao grupo e as regras são representações compartilhadas com o exterior.

Assim, percebe-se que uma cooperativa deve dispor de diretrizes e restrições com a finalidade de direcionar e controlar as ações da coletividade, visando manter dentre outras coisas a imparcialidade e os valores da instituição.

Para Olson (1965) quando os usuários interagem sem a intermediação de regras de uso há um efeito denominado de *carona*², ou seja, os membros do grupo utilizam os recursos sem preocupar-se com os efeitos negativos sobre os outros usuários e não contribuem com os custos de manutenção do sistema. Assim, a autora contempla também dois princípios elencados por Ostrom (1990), que destaca a “coerência entre as regras de apropriação e provisão com as condições locais” e sobre as “sanções graduais” que devem ser aplicadas a indivíduos oportunistas.

Demsetz (1995) reforça que o problema do *carona* emerge a partir da atitude oportuna de um membro do time, destacando que uma das formas de tratamento do problema é a da pressão do grupo como agente monitorador.

Segundo Cook (1995) um dos causadores desse problema está ligado ao fato de os cooperados fundadores terem os mesmos direitos para decidir sobre o futuro da cooperativa que os cooperados recentes, e os recentes têm os mesmos direitos às sobras que os cooperados

² Do original em inglês *free-rider*: uma pessoa ou empresa que obtém vantagem sem pagar ou ganhar por isso.

mais antigos. Isso ocorre porque a cooperativa não consegue diferenciar entre os membros mais antigos e os novos membros, bem como, para muitos serviços, a cooperativa tende a atender a não cooperados.

Assim, indivíduos que estão a mais tempo participando de uma cooperativa e que participaram desde o início, principalmente das dificuldades iniciais veem em novos participantes o mesmo direito e força dentro da organização, o que dependendo das intenções de cada indivíduo, causa uma sensação de ameaça sobre as decisões a serem tomadas.

O termo “carona” mencionado por Olson (1965) e Demsetz (1995) é diagnosticado quando o cooperado liga-se à cooperativa apenas para se beneficiar das externalidades positivas geradas pelas atividades da cooperativa, sem participar, transacionar ou investir na organização, o que reduz o incentivo à participação e ao investimento na cooperativa, bem como gera dificuldade na tomada de decisão do empreendimento cooperativo.

Olson (1999, p. 20) ressalta que “assim como pode se supor que os indivíduos que pertencem a uma organização ou grupo têm um interesse comum, eles também têm interesses puramente individuais, diferentes dos interesses dos outros membros do mesmo grupo ou organização”.

Dessa forma, verifica-se que mesmo diante da união de indivíduos em busca de um mesmo objetivo, existem interesses individuais que vão além dos almejados coletivamente. Assim, percebe-se a existência de pessoas que só se afiliam a um grupo quando há possibilidade de conseguir algo através desse pertencer.

Cook (1995) salienta que quando o problema do oportunismo está presente na cooperativa, os cooperados preferem não investir ou participar, mas continuam na organização para aproveitar alguma situação favorável economicamente.

Rios (1998) reforça que a cooperativa deve ser vista em termos organizacionais como uma empresa, porém com uma natureza diferente da conhecida “empresa mercantilista”, uma vez que a cooperativa é formada de pessoas para pessoas, assim, os seus sócios não são empregados e sim proprietários. Dessa forma, os donos devem preservar a cooperativa e cooperar para o seu crescimento, e não explorar o sistema para seu benefício próprio.

A consequência dessas situações é que com o aumento da insatisfação dos cooperados diante do cenário oportunista de alguns, a tendência é um declínio dos investimentos na capitalização da cooperativa, fragilizando por conta de alguns indivíduos toda uma estrutura instituída para benefício coletivo.

Nota-se então que existem variáveis internas que envolvem a gestão de bens comuns, onde é necessária a definição clara dos direitos e deveres dos cooperados, além de medidas

que objetivem a coerção de indivíduos que visam apenas obter vantagens, principalmente por envolver ativos e investimentos que ditam o desempenho das atividades, tornando os resultados intimamente ligados à reciprocidade e comprometimento dos envolvidos.

Ostrom (1998) reforça que “não há cooperação sem reciprocidade”, ou seja, sem retorno ou sem compartilhamento por parte dos usuários. Os cooperados buscam identificar os outros indivíduos envolvidos e os consideram como possíveis cooperadores. Assim, cooperam com aqueles que manifestam intenção de realmente somar com o grupo e se recusam a cooperar se não houver reciprocidade.

Olson (1965, p. 2) identifica que “a não ser que o número de indivíduos em um grupo seja muito pequeno, ou haja algum tipo de coerção em favor de um interesse comum, indivíduos racionais não contribuirão para atingir um interesse comum”. Ou seja, atores sociais em alguns contextos não têm tendência a cooperar, mesmo quando a cooperação é mutuamente benéfica, pois os benefícios serão absorvidos de forma integral enquanto os custos serão divididos pelo grupo inteiro.

Rios (1989) argumenta que o fracasso de um grupo se resume em problemas de relacionamentos entre os indivíduos, afirmando que o insucesso não é proveniente de situação desvantajosa ou instrumentos de controle econômico que interferem nos preços de seus produtos, e sim porque como indivíduos “ignorantes e ineficientes” são incapazes de agir coletivamente.

Assim, a gestão de bens comuns enfrenta adversidades com membros que se associam apenas para obter vantagens, abstendo-se de participar ativamente dos deveres como cooperados. Dessa forma, indivíduos que não possuem interesse em cooperar, mas sim aproveitar dos demais envolvidos são os mais beneficiados dentro de uma instituição.

Olson (1999) ressalta que em um grupo de pessoas onde existem níveis muito desiguais de interesses, proporciona a alguns indivíduos benefícios coletivos que não existiriam se fosse uma associação sem essas características. Ou seja, participantes de um grupo que não tem intenção de cooperar tem acesso a mais regalias do que membros que participam de forma eficaz.

Por outro lado, Schneider (1981) considera que o cooperativismo típico, imposto sobre uma base desigual de associados e sendo comandada pela livre iniciativa tende a aumentar as desigualdades existentes. Em sua concepção, é ilusório pensar que um cooperativismo individualista dentro de um contexto de formação social possa diminuir as desigualdades socioeconômicas.

Dessa forma, percebe-se que existe a possibilidade de pessoas usufruírem de bens coletivos sem necessariamente comprometer-se com o grupo e, essa situação pode ocorrer não apenas por oportunismo, mas pelo fato do grupo já existir desigualdades.

Pinho (1966) acredita que embora a cooperação e cooperativismo aparentem possuir o mesmo sentido, são conceitos distintos. O autor menciona que a cooperação significa uma ação conjunta vislumbrando um mesmo objetivo, enquanto o cooperativismo, por sua vez, está relacionado a um sistema, doutrina ou ideologia.

Outro problema encontrado na gestão das cooperativas e que dificulta sua competitividade frente às empresas de capital são as formas de capitalização.

Bialoskorski (2002), afirma que o custo financeiro das cooperativas é muito alto em razão da baixa elasticidade em captar recursos próprios, da existência de ativos específicos e da morosidade em efetuar adaptações na linha estratégica de projetos. Ainda representam um risco adicional ao agente financeiro por não estarem sujeitas à legislação específica de falências, o que dificulta o financiamento de suas atividades.

As cooperativas constituem seu capital social por meio de cotas integralizadas pelos cooperados no momento da sua associação, o que gera limitações para aportar mais capital próprio, pois os produtores muitas vezes não se entusiasma ou não têm como destinar recursos à cooperativa.

Bialoskorski (2002) destaca que a capacidade de financiamento próprio da cooperativa não gera incentivos aos associados para sua capitalização, uma vez que a cota-parte não apresenta vantagens individuais para os cooperados, por outro lado, as sobras operacionais repartem-se de acordo com o volume de transação do cooperado com a cooperativa, observando-se incentivos quase nulos para que o cooperado invista em mais cotas-parte e capitalize a cooperativa.

Desse modo, o cooperado investe seu capital na cooperativa, mas o valor das suas cotas não varia de acordo com o valor da empresa, assim, o membro da organização, que também é gestor, não tem incentivo para maximizar o valor da empresa, pois isso não lhe traz vantagens. Diferentemente das organizações privadas e principalmente das Sociedades Anônimas, as cotas-partes das cooperativas não geram incentivos de lucratividade como as aplicações em ações. (Bialoskorski, 2002)

Por outro lado, existe incentivo para o produtor investir e aumentar o valor da sua cooperativa agrícola, pois quanto maior o poder econômico da organização, maior será a capacidade de oferecer a seus cooperadores melhores condições no mercado via mecanismos de preços favoráveis.

No entanto, Olson (1999) considera que os incentivos econômicos não são os únicos passíveis de gerar interesse pela cooperação, pois o prestígio, o respeito e a amizade podem também constituir motivações para a ação coletiva com vistas à cooperação. O autor sugere que, além dos benefícios tangíveis, existem outras motivações, como as sanções e as recompensas, que funcionam visando a fortalecer a coesão e incentivar a cooperação.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa tem abordagem quantitativa e qualitativa de dados e a estratégia utilizada nesta pesquisa foi o estudo de caso.

A Associação de Produtores Rurais do Projeto de Irrigação Manuel Alves possui um total de 11 (onze) associados, dos quais 8 (oito) participaram da coleta de dados. Foi realizado um levantamento preliminar para definição da amostragem. Nessa etapa, foram realizadas visitas ao Projeto para colher informações e assim, consolidar o roteiro para execução da pesquisa.

A amostra foi feita por conveniência, ou seja, os indivíduos entrevistados nessa pesquisa foram selecionados por estarem disponíveis.

Para a coleta de dados foram utilizados dois instrumentos de pesquisa distintos: questionário e entrevista. O questionário teve o objetivo de conhecer o perfil dos associados. As entrevistas, seguiram um roteiro semiestruturado, e tiveram o objetivo de identificar a percepção dos entrevistados sobre a possibilidade de criação de uma cooperativa com os produtores associados, as dificuldades de criação da cooperativa e os temores em relação a criação e participação nesta cooperativa. As entrevistas foram realizadas de forma presencial e gravadas mediante autorização, conforme termo de consentimento, nos meses de julho e agosto de 2019.

Por fim, foram feitas análises do conteúdo das transcrições das entrevistas, visando extrair as percepções que foram livremente demonstradas sobre o tema abordado.

4. A ASSOCIAÇÃO DO PROJETO MANUEL ALVES

O projeto Manuel Alves está localizado no município de Dianópolis/TO, região sudeste do Tocantins, com uma área de 20 mil hectares. Possui aproximadamente 5 mil hectares destinados à fruticultura e que são divididos em 200 lotes para pequenos produtores e 16 lotes empresariais. Inaugurado em 2008, o projeto é um dos três contemplados no norte do País pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Os lotes licitados foram entregues pelo governo do Tocantins, a partir de 2012, com toda a infraestrutura necessária para a produção, como: equipamentos de irrigação, desmatamento, correção de solo e água pressurizada. Dos lotes vendidos apenas 40 (quarenta) produtores estão desenvolvendo atividades de produção.

O Projeto produz diversos tipos de frutas como: açaí, caju, cana-de-açúcar, coco anão, goiaba, citros, mamão, mandioca, maracujá, pinha, pupunha, abóbora, batata-doce, hortaliças, milho e milheto, banana, abacaxi, manga e melancia.

Uma das dificuldades encontradas hoje está relacionada a capacidade de financiamento de novas culturas e da verticalização da produção. Em sua maioria, os pequenos produtores não possuem condições suficientes para investirem em suas áreas e aumentarem suas produções. Em decorrência do financiamento dos lotes para produção, os proprietários não podem receber o título da terra, que por consequência não possibilita a penhora da propriedade como garantia de empréstimos.

A Associação de Produtores Rurais do projeto Manuel Alves foi criada em 2008 e contava inicialmente com 31 produtores associados. A associação buscava condições de melhoria para o Projeto, fortalecimento e representatividade de seus membros. No período da pesquisa, a associação contava com 11 membros que, devido as dificuldades encontradas na comercialização de sua produção, tentava viabilizar a criação de uma cooperativa para diminuir as barreiras comerciais e econômicas dos produtores.

5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 Perfil dos produtores associados participantes

Sobre o gênero dos participantes da pesquisa, foi verificado que a maioria dos produtores rurais da associação pertencem ao sexo masculino, sendo 7 (sete) homens e 1 (uma) mulher, em um total de 8 (oito) entrevistados.

Com relação a faixa etária dos sujeitos participantes da pesquisa, a maioria dos produtores entrevistados estão na faixa entre 50 a 59 anos.

A maioria dos produtores rurais entrevistados, cerca de 87,5%, não possuem o ensino médio completo. Verifica-se que a maioria dos indivíduos estão entre o ensino fundamental e médio incompleto, tendo apenas 1 (um) ingressado no ensino superior.

Identificou-se que a grande parte das propriedades estão entre 7 e 10 hectares.

Em relação a residirem na propriedade, 4 (quatro) responderam que moram dentro da propriedade, e 4 (quatro) moram em outra localidade fora do perímetro do projeto. 50% dos entrevistados responderam que não possuem família residindo na propriedade.

Nota-se que, 50% dos entrevistados utilizam mão-de-obra familiar para desenvolver suas atividades, flutuando de 1 a 4 familiares, enquanto outros 50% não possuem nenhum membro residente no projeto trabalhando na propriedade.

Identificou-se ainda que, a maioria dos entrevistados relataram não possuir empregados na propriedade, uma das razões é que alguns trabalham individualmente e outros não estão desenvolvendo nenhuma atividade. Por outro lado, constatou-se que, mesmo os produtores rurais que utilizam mão-de-obra familiar, possuem diaristas para complementar o trabalho.

Quando abordado sobre os tipos de frutas que são produzidas nas propriedades rurais, identificou-se que a maioria dos produtores cultivam banana, cerca de 27%, seguido por mandioca com 16% e, coco da anão e manga com 11%.

Sobre os locais de vendas da produção, foi verificado que 7 (sete) produtores vendem seus produtos no comércio local, ou seja, na cidade que sedia o projeto. 1 (um) produtor relatou que não está desenvolvendo atividades de cultivo, portanto não comercializa.

Sobre o valor pago pelos produtos, 5 (cinco) produtores responderam que acham justo, enquanto 2 (dois) alegaram preços desfavoráveis. 1 (um) produtor não está produzindo e, portanto, não pôde opinar sobre essa questão.

5.2 Percepção dos agricultores

Nesta fase, serão apresentados os resultados da análise de conteúdo das entrevistas.

Sobre as vantagens em participar de uma cooperativa, a maioria dos produtores demonstraram uma mesma percepção. Os entrevistados elencaram benefícios comerciais para os cooperados. Um entrevistado afirma que: *“Ela ajuda o produtor, tanto a vender, comercializar o produto e a própria cooperativa compra os insumos para repassar ao produtor”* (E1). Por outro lado, identificou-se que alguns produtores não possuem conhecimento sobre vantagens e nem de como funciona uma cooperativa, como a fala seguinte: *“No momento eu não vejo vantagem. Eu não sei, nunca participei”* (E5).

Sobre as vantagens em participar de uma cooperativa, foi verificado interpretações já identificadas no referencial teórico, sendo que, uma das principais alegações foram as vantagens comerciais através da cooperativa, o que confirma as afirmações dos autores Bialoskorski (2001) e Pinho (1982), que argumentam a importância das cooperativas para diminuir os custos de produção e as facilidades de comercialização para seus cooperados.

Por outro lado, é observado que alguns produtores não possuem conhecimento do que é uma cooperativa e as vantagens que ela oferece - fato que pode indicar a falta de interesse em participar desse tipo de organização.

Quando questionados sobre as dificuldades de participação em uma cooperativa, identificou-se como fatores principais a falta de união, dificuldade de relacionamentos, falta de interesse, oportunismo e a própria cultura da região, conforme o seguinte relato:

“A união. A união porque cada um pensa de um jeito, e muitas vezes em si próprio, não pensam no coletivo [...] dificuldades de relacionamento sempre querendo pensar em si próprio [...] existe a questão do oportunismo, e muito.”
(E1)

Os entrevistados relataram que alguns produtores não demonstram intenção em participar de uma cooperativa, de acordo com a fala: “*Falta de interesse dos produtores, de se ‘achegar’, de se ‘ajuntar’ e colocar a mão na massa e ver que nós precisamos de uma cooperativa aqui no projeto*” (E2).

No entendimento de um dos produtores, a falta de união é um dos entraves que dificultam a participação. Para outro, a maior dificuldade é a cultura, e afirma: “*O pessoal não tem essa cultura da cooperativa*”. (E6).

Ainda sobre as dificuldades, um entrevistado relatou que: “*eu não vejo tanta dificuldade, se os produtores estiverem de acordo e se unirem não existe tanta dificuldade. Mas o financeiro é o maior problema*” (E8). Esse produtor, diferentemente dos demais, ponderou sobre as barreiras financeiras para a viabilização de uma cooperativa.

Sobre as dificuldades de participação em uma cooperativa, foi possível identificar que grande parte dos produtores alegaram questões de relacionamento, oportunismo e união como maiores divergências na associação, aspectos que são descritos por Ostrom (1998), que afirma não existir cooperação sem reciprocidade entre os indivíduos, ou seja, sem interesse dos cooperados em permanecer em um grupo mantendo uma relação saudável para benefício de todos.

O problema do relacionamento também foi observado por Rios (1989), que argumenta que um dos principais fatores que levam ao fracasso são os problemas de relacionamento entre os membros, indicando a incapacidade de conseguir êxito de forma coletiva.

O oportunismo é descrito pelos produtores como um dos problemas de participação em uma cooperativa e, também é mencionado por diversos autores como Zylbersztajn (2002); Olson (2007); Cook (1995) e Demsetz (1995), que descrevem o problema de oportunismo

como “carona”, e que é um dos principais desafios enfrentados dentro das organizações que envolvem a coletividade.

Ostrom (1990) apresenta meios de correção para esse tipo de situação, destacando o monitoramento e a aplicação de sanções graduais aos indivíduos que forem identificados com práticas que estejam em desacordo com o ambiente.

Sobre a união, os produtores enfatizam que a dificuldade de participação está relacionada com as diferenças entre pequenos e grandes produtores no projeto, associados e não associados. O problema é descrito por Schneider (1981), que afirma que o cooperativismo quando imposto sobre uma base desigual tende a aumentar as desigualdades.

Essa consideração pode indicar um dos aspectos identificados por meio da entrevista, que diagnosticou que alguns produtores se sentem rejeitados por outros, afirmando que existe uma dificuldade de aceitação dos grandes em relação aos pequenos produtores locais.

Outro argumento elencado por Olson (1999) é que, onde existe um grupo de pessoas com níveis desiguais de interesses, pode ocorrer de haver benefícios coletivos a indivíduos que não existiriam se fosse uma classe homogênea, ou seja, pode ser que a citada união seja fruto de pensamentos ligados a essa abordagem.

Dentre as dificuldades, a falta de interesse também foi diagnóstica na associação, sendo considerada um dos entraves para a participação. Nesse sentido Olson (1965) descreveu que pode ocorrer de indivíduos não demonstrar interesse em contribuir, mesmo que seja para algo benéfico a coletividade, pois atuando sozinhos as vantagens serão absorvidas de forma integral, o que pode causar a desistência em participar desse tipo de organização.

Por outro lado, é possível identificar que existem também barreiras ligadas a questões financeiras, fatores já mencionados por autores como Bialoskorski (2002), que aborda a dificuldade em capitalizar uma cooperativa por parte dos membros. Olson (1965; 1995) e Demsetz (1995) elencam o benefício de alguns indivíduos que não cooperam e desfrutam de vantagens coletivas como causas da recusa em investimentos na cooperativa.

Quando abordados sobre os temores quanto à criação e participação em uma cooperativa e o que poderia dar errado, observou-se que a questão da corrupção também está presente nos temores dos associados.

Foi argumentado também questões sobre a responsabilidade, oportunismo e dedicação com a cooperativa, conforme fala: *“Enxergo indivíduos sem compromisso que só querem se aproveitar”* (E4). Em contraponto, indicando a essência de uma cooperativa, um entrevistado destacou que: *“cooperativa é feita pra quem realmente tem um espírito cooperativista. Você tem que ter isso, não pensar só em você”* (E7).

Sobre os temores dos associados, constatou-se que suas preocupações estão relacionadas com a ausência de pessoas com perfil cooperativista e de gestores para gerenciar uma cooperativa, além de alegações como a possibilidade de haver corrupção.

Essas considerações descritas pelos entrevistados podem indicar a falta de confiança de indivíduos em participarem de uma organização que utiliza de recursos comuns, reforçando assim, os princípios apontados por Ostrom (1990), que estabelece regras e princípios para diminuir as divergências na gestão, proporcionando assim mais segurança aos membros da cooperativa.

Sobre a criação de uma cooperativa pela associação de produtores rurais, percebeu-se que existem diferentes opiniões a esse respeito. Alguns produtores acreditam e entendem que é necessário. Por outro lado, um produtor destacou que não acredita, indicando a existência de discriminação social entre os próprios produtores.

A respeito da criação de uma cooperativa no projeto, identificou-se que existem entrevistados que acreditam ser possível e necessário, principalmente para favorecer a comercialização de seus produtos. Por outro lado, alguns produtores não possuem a mesma visão, destacando que existe diferenças sociais no grupo e que isso inviabiliza a criação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida com os associados do Projeto Manuel Alves confirmou diversos temas apresentados no referencial teórico, desde as vantagens da cooperativa à problemas de relacionamentos existentes em ambientes que são utilizados coletivamente.

Os objetivos propostos por essa pesquisa foram alcançados, uma vez que foi possível identificar o perfil dos produtores rurais associados do Projeto Manuel Alves, além de conhecer os principais fatores que dificultam a criação da cooperativa e os temores dos quais esses associados possuem em relação a ela.

Através da pesquisa de campo na Associação de Produtores Rurais do Projeto Manuel Alves, verificou-se que a maior parte são homens, com idade adulta. Desses produtores, a grande maioria não possui o ensino médio completo e, desenvolvem suas atividades em pequenas propriedades com o auxílio da mão-de-obra familiar, sendo mínima a existência de empregados contratados para ajudar nas atividades.

Verificou-se que os produtores rurais associados desenvolvem suas atividades sob regime de agricultura familiar e, apesar de possuírem experiência na produção de frutas, enfrentam grandes dificuldades na hora da comercialização de seus produtos.

Assim, a criação de uma cooperativa agrícola poderia ser o ponto crucial de fortalecimento para esses associados, possibilitando ainda uma maior visibilidade do Projeto, sendo então uma possível solução para a Associação superar as barreiras comerciais.

No entanto, por meio da pesquisa foi possível identificar que existem diversos fatores que dificultam a criação da cooperativa. Além do fato de não existir uma cultura cooperativista no norte do País, região a qual se encontra esse projeto, os produtores apontaram ainda, outras dificuldades relacionadas a relacionamento.

A dificuldade de participação em grupo é um fator que pode indicar o motivo de não existir uma cooperativa até o momento, ou até mesmo a causa pela qual nenhuma cooperativa conseguiu permanecer ativa no Projeto, pois através da pesquisa foi possível conhecer variáveis negativas encontradas em outros estudos, principalmente no que se relaciona a utilização de um bem de forma coletiva.

Assim, mesmo sendo observado a necessidade de criação da cooperativa pelos associados e o interesse por parte de alguns, percebe-se que, no presente momento, é difícil sua criação, pois não existe número mínimo de associados - são 20 (vinte) para criar uma cooperativa – e a desunião por parte dos produtores é grande, fator esse que pode impedir que outros produtores se tornem membros da associação.

Apesar de conhecer o perfil dos produtores rurais da associação e os principais temores que eles possuem em relação a criação de uma cooperativa, seria necessária uma investigação mais profunda dessa comunidade, visando identificar os impactos positivos e negativos que uma cooperativa causaria para os produtores rurais do Projeto.

Dessa forma, antes mesmo de se pensar em criar uma cooperativa, seria interessante fazer uma conscientização e capacitação para esses produtores, com a finalidade de esclarecer com detalhes as funcionalidades de uma cooperativa, demonstrando sua forma, gestão, vantagens e participação dos cooperados, para que assim exista conhecimento e compreensão dos benefícios de fazer parte de uma empresa coletiva.

REFERÊNCIAS

- ACI. Aliança Cooperativa Internacional 2019. Disponível em <
<https://www.ica.coop/es/cooperativas/datos-y-cifras> >. Acesso em 06 de Janeiro de 2019.
- BIALOSKORSKI, S. **Agronegócio cooperativo**. In: BATALHA, M. (Org.). Gestão agroindustrial. São Paulo: Atlas, 2001.
- _____. **Aspectos Econômicos das Cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006
- _____. **Estratégias e cooperativas agropecuárias: um ensaio analítico**. In: BRAGA, Marcelo José; REIS, Brício dos Santos (Org). Agronegócio cooperativo – reestruturação e estratégias. Viçosa, 2002.
- COOK, M. L. The future of U.S. agricultural cooperatives: a neo-institucional approach. American Journal of Agricultural Economics, Oxford, v. 77, n. 5, p. 1153- 1159, Dec. 1995.
- COSTA, L. S. **O cooperativismo: uma breve reflexão teórica**. Ciências Sociais em Perspectiva. 2007.
- DEMSETZ, H. The economics of the busines firm: seven critical commentaries. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- HANSMANN, H. The Ownership of Enterprise, Belknap Press of Harvard University Press, 1996.
- HOLYOAKE, G.J. **Os 28 teceloes de Rochdale**. (historia dos probos pioneiros de Rochadale) [cooperativa; inglaterra] Rio de Janeiro; gb (Brasil) 1933.
- MORATO , A. F.; COSTA, A. **Avaliação e Estratégia na Formação Educacional Cooperativista**. Unimed In: Cooperativismo na era da globalização. Goiânia: UNIMED: Federação dos Estados de Goiás e Tocantins, 2001.
- OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Disponível em <
<https://www.somoscooperativismo.coop.br/o-que-e-cooperativismo> > Acesso em 06 de Janeiro de 2019.
- OLSON, M. **The Logic of collective action**. Cambridge: Harvard University, 1965.
- OLSON, F. E. An empirical approach to exploring the role of selective incentives in mitigating the free rider problem. 2007. 205 f. Tese (Doutorado em Economia Agrícola) - Universidade de Missouri, Columbia, Estados Unidos da América.
- OLSON, M. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. São Paulo: Edusp, 1999. 208 p.
- OSTROM, E. A behavioural approach to therational-choice theory of collective action. American Political Science Review 92: 1-22.1998.

OSTROM, E. **Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action**. New York: Cambridge University Press, 1990.

OSTROM, Elinor (1990): *Governing the Commons: the evolution of institutions for collective action*, Indiana University, University Press, Cambridge.

PINHO, D. B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1966.

PINHO, D. B. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. Manual de cooperativismo. São Paulo: CNPq, v.1, 1982.

PINHO, D.B. **Que é cooperativismo?**. São Paulo: DESA, 1966. 154p

RIOS, G. S. L. (1989). **O que é cooperativismo** (2. ed.). São Paulo, SP: Brasiliense.

RIOS, Luiz Oliveira. **Cooperativas brasileiras**: manual de sobrevivência & crescimento sustentável. São Paulo: editora. STS, 1998. 109p.

SCHNEIDER, J. E. (1981). **O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento** periférico dependente: O caso brasileiro. In M. R. Loureiro (Ed.), *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil* (pp. 11-40). São Paulo, SP: Cortez.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1999. 496 p.

SILVA, T. N. **A participação de cooperados na gestão de cooperativas de produção: uma análise da separação entre propriedade e controle**. *Perspectiva Econômica*, São Leopoldo: Unisinos, v.29, n.86, jul./set. 1994.

ZYLBERSZTAIN, D. **Estruturas de governança e coordenação do agribusiness**: Uma aplicação da nova economia das instituições. São Paulo, FEA/USP, Tese de livre docência. 1994.

ZYLBERSZTAIN, D. **Quatro estratégias fundamentais para cooperativas agrícolas**. In: BRAGA, Marcelo José; REIS, Brício dos Santos (Org). *Agronegócio cooperativo – reestruturação e estratégias*. Viçosa, 2002.